



DETERMINO QUE INSTAURE PROCESSO PRÓPRIO, NOS TERMOS DAS LEIS FEDERAIS Nº 14.133/2021, DECRETO MUNICIPAL Nº 361/2023 E SUAS ALTERAÇÕES PARA:

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ALIMENTAÇÃO ARTIFICIAL E AMPLIAÇÃO DO MOLHE DA PRAIA DO GRAVATÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

**ROBERTO M. FERREIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS**

EDITAL RETIFICADO E REPUBLICADO



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC

CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13/2024

DATA DE ABERTURA: 21/01/2025

ENTREGA DOS DOCUMENTOS PELO SITE ATÉ DIA 21/01/2025 ÀS 13:30 HORAS

HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 14:00 HORAS DO DIA 21/01/2025 (Horário de Brasília).

LOCAL: Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC <https://bnc.org.br/>

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, RUA JOÃO EMÍLIO, 100 – CENTRO – SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES, CEP 88.370-446, telefone: (47) 3342-9500.

Regência: Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 361/2023.

Secretaria solicitante: Secretaria Municipal de Obras

O **MUNICÍPIO DE NAVEGANTES**, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público, para conhecimento dos interessados que às **14:00 horas do dia 21/01/2025**, serão abertas às propostas referentes a esta Concorrência Eletrônica, e será realizado em ato contínuo o credenciamento, do tipo **MENOR PREÇO**, de conformidade com as seguintes condições:

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Justifica-se a necessidade de realizar **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA MODO DE DISPUTA ABERTA**, em face das peculiaridades da contratação, decorrentes da necessidade de serem realizadas gestões imediatas e a oportunidade do contato direto entre administração e fornecedor, trata-se o objeto desta, de bem de uso comum.

A Concorrência será na forma eletrônica, e a sessão pública acontecerá por meio do sistema de licitações Bolsa Nacional de Compras – BNC (www.bnc.org.br).





1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ALIMENTAÇÃO ARTIFICIAL E AMPLIAÇÃO DO MOLHE DA PRAIA DO GRAVATÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO DE ENGENHARIA E ANEXOS.**

1.1. A licitação e seu objeto obedecerão ao disposto na tabela constante do Termo de Referência (Anexo I).

1.2. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. Modelo de Execução: A execução se dará por contratação integrada, com os itens e quantitativos especificados na planilha orçamentária do projeto de engenharia.

1.4. Valor referencial: ~~R\$ 37.891.114,44 (Trinta e sete milhões, oitocentos e noventa e um mil, cento e quatorze reais e quarenta e quatro centavos).~~

R\$ 30.338.283,27 (Trinta milhões, trezentos e trinta e oito mil, duzentos e oitenta e três reais e vinte e sete centavos).

1.5. Local da Obra: a obra será realizada NO MOLHE E NA PRAIA DO GRAVATÁ DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.

1.6. A obra de engenharia a ser contratada deverá atender às quantidades solicitadas no projeto de engenharia, além de ser executada com segurança através do uso de Equipamentos de Segurança Individuais e Coletivos que se fizerem necessários durante a execução do objeto, bem como o atendimento às Normas Técnicas vigentes para os serviços prestados.

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar desta Concorrência Eletrônica as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC.





2.2. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa Nacional de Compras, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

2.3. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação na concorrência, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras, no ANEXO VIII;
- b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras, no ANEXO VIII e;
- c) Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do agente de contratação no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante.

2.4. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante participante do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao plano definido pela Bolsa Nacional de Compras e contratado pelo licitante, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BNC – Bolsa Nacional de Compras, conforme o ANEXO VIII.

2.5. A MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO CONSTANTE, NO ANEXO II, PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DEVERÁ, QUANDO DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL DE PREÇO A SER DIGITADO NO SISTEMA, VERIFICAR NOS DADOS CADASTRAIS SE ASSINALOU O REGIME ME/EPP NO SISTEMA CONFORME O SEU REGIME DE TRIBUTAÇÃO PARA FAZER VALER O DIREITO DE PRIORIDADE DO DESEMPATE. ART. 44 E 45 DA LC 123/2006.





2.6. As disposições dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou seja, o tratamento diferenciado às empresas de pequeno porte e microempresas, não se aplicam:

2.6.1 no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

2.6.2 no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

3.1. O certame será conduzido pelo Agente de Contratação, com auxílio de sua equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para adjudicar, homologar e autorizar a contratação.

4. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS





4.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 2.3 “a”, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa Nacional de Compras, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bnc.org.br .

4.2. A participação do licitante na concorrência eletrônica se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BNC – Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.3. O acesso do operador na concorrência eletrônica, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer concorrência eletrônica, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

4.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC – Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes a concorrência eletrônica.

4.7. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional deverá ser esclarecida através: do site <https://bnc.org.br/>, do telefone (42) 3026-4550 – Ponta Grossa/PR, ou pelo e-mail contato@bnc.org.br

4.8. A participação na Concorrência, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado





(operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido no preâmbulo deste edital.

4.9. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

4.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5. PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderá participar da presente concorrência eletrônica, a empresa que atender a todas as exigências deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site <https://bnc.org.br/>

5.1.1. Participantes: Poderão participar do certame todos os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que preencherem as condições e requisitos estabelecidos neste Edital e na legislação aplicável.

5.1.2. Consórcios: Será admitida a participação de empresas em consórcio, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.1.2.1. O compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, deverá ser apresentado na fase e incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;





- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas, inclusive a proporção econômica e financeira da respectiva participação de cada consorciado em relação ao objeto licitado;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa responsável pelo consórcio e seu respectivo representante legal, que terá poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar o contrato e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência da Prefeitura de Municipal de Navegantes até o cumprimento do objeto da contratação, mediante a emissão do termo de recebimento definitivo, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem 5.1.3.1.

5.1.2.2. É vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, em mais de um consórcio ou isoladamente, nos termos do artigo 15, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;

5.1.2.3. O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

5.1.2.4. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista previstas neste Edital.





5.2. SERÁ CONCEDIDO TRATAMENTO FAVORECIDO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, PARA AS SOCIEDADES COOPERATIVAS MENCIONADAS NO ARTIGO 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007, PARA O AGRICULTOR FAMILIAR, O PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA E PARA O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI, NOS LIMITES PREVISTOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006.

5.3. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

5.3.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.3.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.3.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.3.4. Será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.3.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;





5.3.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.3.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

5.3.8. O participante que não cumprir com as regras estabelecidas neste edital.

5.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens 5.2.1 e 5.2.2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.6. O disposto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas**, quando, então, **encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação**.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.





6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4. **Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. **Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema até às 13h30min do dia da sessão.**

6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do agente de contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário;
- b) Marca (quando for o caso);
- c) Fabricante;(quando for o caso)
- d) Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- e) Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- f) **Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo**





o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

g) O **prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

h) O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema BNC, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

i) No caso de o fabricante ser o próprio participante, informar no preenchimento da proposta que será de fabricação “própria”, sem mencionar o nome da empresa, evitando assim a identificação do participante.

7.2. O prazo de entrega/execução da obra obedecerá ao cronograma físico-financeiro, parte integrante deste processo.

7.3 Junto à proposta comercial, a empresa deverá apresentar:

7.3.1 Planilha Orçamentária, cálculo de BDI, Composição de custos unitários e Cronograma físico-financeiro, conforme ANEXO VI.

7.4. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7.5. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, qualquer das disposições deste Edital, bem como aquelas manifestamente inexequíveis, presumindo-se como tais as que contiverem preços vis ou excessivamente impraticáveis, face aos preços correntes no mercado.

7.6. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela administração (artigo 59 da Lei nº 14.133/2021).

7.6.1. Nos casos em que as propostas ultrapassem o limite acima, ou seja, tenham um desconto igual ou superior a 25% do valor orçado pela administração, o(a) agente de contratação poderá solicitar diligências para aferir a





exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no artigo 59, §2º da Lei nº 14.133/2021.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O agente de contratação verificará as propostas apresentadas, **desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital**, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.3. **Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.**

8.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.

8.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.11. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes neste Edital.

8.12. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo





mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.12.1. Entende-se por lances intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante.

8.12.2. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.12.3. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante.**

8.12.4. No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.12.5. Se a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública **será suspensa e reiniciada** somente decorridas **24 (vinte e quatro horas)** após a comunicação do fato aos participantes, através de publicação no sítio eletrônico oficial do Município de Navegantes, disponível no endereço eletrônico <https://navegantes.sc.gov.br/>

8.12.6. **Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.**

8.12.7. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

8.12.8. Nas licitações de obras ou serviços de engenharia, após o julgamento, o licitante vencedor **deverá** reelaborar e apresentar ao agente de contratação, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas





(BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato, no **prazo de 24 (vinte e quatro) horas**.

9. DO MODO DE DISPUTA

9.1. Será adotado para o envio de lances na Concorrência eletrônica o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, **conforme o art. 32 do Decreto Federal nº 10.204/2019 e art. 56 da Lei nº 14.133/2021**.

9.2. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 9.2. será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.4. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 9.3, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 9.3, o agente de contratação poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa.

9.6. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para





a definição das demais colocações, conforme §4º, do art. 56 da Lei nº 14.133/2021.

9.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.8. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

9.9. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.11. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.12. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.13. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.14. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele





intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.15. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.16. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

9.17. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

10. EMPATE LEGAL (art. 44 e 45 da LC nº 123/2006)

10.1. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação dos critérios estabelecidos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

10.2. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 36 do Decreto 10.024/2019, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

10.3. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.





11.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.3. Será estabelecido o **prazo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação do agente de contratação no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o agente de contratação, auxiliado da equipe de apoio, examinará a aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, e verificará a habilitação do licitante, decidindo motivadamente a respeito.

12.2. **Será desclassificada a proponente que:**

- a) Deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;
- b) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação (artigo 59, inciso III da Lei nº 14.133/2021).
- d) Não tiverem a exequibilidade da proposta demonstrada, quando exigido pela Administração;

12.3. Caso entenda necessário, o agente de contratação ou a Autoridade Competente poderá instaurar diligência para fins de aferição de exequibilidade das propostas. Tal diligência poderá ocorrer em qualquer fase da licitação, sendo que o agente de contratação ou a Autoridade Competente poderá determinar que o licitante faça prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através:

- a) Da apresentação de planilha de custos; ou
- b) Da comprovação (documentos, notas fiscais, recibos etc.) que o preço proposto é coerente com os de mercado e que tem condições de cumprir com as obrigações assumidas.





12.4. A diligência servirá como subsídio para decisão do agente de contratação ou da Autoridade sobre a aceitabilidade da Proposta apresentada com indício de ser inexequível.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o mesmo deverá apresentar as seguintes certidões, as quais serão verificadas pelo pregoeiro. A análise será feita sob a ótica de eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação:

13.1.1. **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica no site do Tribunal de Contas da União - TCU (TCU, CNJ, CEIS e CNEP):** <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;

13.1.2. **Consulta da Certidão Negativa Correccional no site da Corregedoria-Geral da União - CGU (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM):** <https://certidoes.cgu.gov.br>;

13.1.3. **Consulta ao Tribunal de Contas da sede do licitante;**

13.2. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares conforme solicitação do agente de contratação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido pelo agente de contratação.

13.3. A verificação pelo agente de contratação e equipe de apoio nos sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.4. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora.

13.5. Será julgada inabilitada a proponente que:

a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital;





- b) deixar de apresentar algum dos documentos exigidos no Edital para comprovaçãoda habilitação, independentemente de ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- c) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal, que dificulte, impossibilite a compreensão ou invalide o documento;
- d) apresentar declaração ou qualquer outro documento com conteúdo falso ou adulterado;
- e) apresentar documento de regularidade fiscal ou trabalhista vencido. Não se aplica esta regra quando o licitante for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

13.6. Do julgamento da habilitação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (art. 42 e 43 da LC nº123/2006 e art. 43, §1º da LC nº 147/2014):

13.6.1. Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 43, §1º da LC nº 147/2014, o agente de contratação adotará o seguinte procedimento quando a vencedora for **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**:

- a) serão analisados os documentos **não** integrantes da regularidade fiscal e trabalhista.
- b) serão analisados os **documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista**, declarando-se:

I - O atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação, caso se verifique que toda a documentação está regular; ou

II- O desatendimento das exigências constantes do Edital, caso se verifique a restrição, ou seja, que alguma certidão foi apresentada vencida, sendo suspenso o julgamento da habilitação referente à regularidade fiscal e trabalhista em relação àquela **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** licitante. Neste caso, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, mediante requerimento, para que a





interessada providencie a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.6.2. A não-regularização da documentação de regularidade fiscal ou trabalhista, no prazo previsto no inciso II da alínea “b” do item 13.6.1 deste Edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, retomando a licitação na forma do item 10 e seguintes, ou revogar a licitação ou item da licitação conforme o caso.

13.6.3. As microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais que pretendam usufruir dos benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar declaração, conforme modelo do ANEXO II, de que se enquadram nesta categoria jurídica empresarial, mediante apresentação de certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado ou declaração de enquadramento validada pela Junta Comercial.

13.6.3.1. A não apresentação desta declaração leva ao entendimento de que as empresas proponentes não têm interesse nos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou não se enquadram nesta categoria jurídica.

13.6.3.2. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 337-F do Código Penal Brasileiro.

13.6.3.3. A certidão simplificada ou a declaração deverá ter sido emitida nos **90 (noventa) dias** imediatamente anteriores à data prevista para a sessão de entrega dos envelopes de habilitação e de proposta de preço, sob pena de não aceitabilidade.

13.6.3.4. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei





Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, desde que a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI possa suprir as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, por constarem no próprio Certificado.

13.6.3.5. As microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais que pretendam usufruir dos benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 **deverão apresentar, na fase de habilitação, declaração** de que os contratos que este celebrou com a administração pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021 (modelo disponível no anexo II deste edital).

13.7. HABILITAÇÃO JURÍDICA: (Deverá apresentar o documento solicitado conforme o tipo da empresa):

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal





ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

13.7.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.8. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Inscrição do CNPJ, emitida através do site: <http://www.fazenda.gov.br/>; que deverá conter CNAE adequado para o objeto da contratação.

b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal de origem da empresa;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual de origem da empresa;

e) Prova de regularidade com os débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da união que abrange os créditos tributários da Receita Federal do Brasil (RFB), da PGFN (Dívida Ativa da União Junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) e as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, emitida através do site: <http://www.fazenda.gov.br/>;

f) Prova de regularidade com FGTS, emitida através do site: <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>;





g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, emitida através do site: <http://www.tst.jus.br/certidao>;

13.9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei n. 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

13.9.1 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n. 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

13.9.2 Deverá apresentar Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Grau de Endividamento (GE), **comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:**

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante);

III - Grau de Endividamento (GE) = (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) / (Ativo Total).

13.9.2.1 Os índices exigidos como mínimos serão apurados através das seguintes fórmulas:

a) Liquidez Corrente: $AC/PC = \text{índice mínimo: } 1,00$

b) Liquidez Geral: $AC+RLP/PC+PNC = \text{índice mínimo: } 1,00$.

c) Grau de endividamento: $PC+PNC/AT = \text{igual ou menor que } 1,00$.





13.9.2.2 **Os índices deverão estar calculados** para que o agente de contratação e equipe de apoio procedam somente com a conferência dos cálculos apresentados.

13.9.2.3 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

13.9.2.4 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos. (Lei nº 14.133/2021, art. 69, §6º).

13.9.2.5 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

13.10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.10.1. A comprovação da qualificação técnica será de acordo com art. 67 da Lei n. 14.133/2021.

13.10.2 A empresa CONTRATADA deverá deter qualificação técnica para a prestação do serviço a ser contratado, que será avaliada com base nos seguintes documentos e informações:

13.10.2.1 Certificado de Registro e Regularidade da empresa (Certidão Pessoa Jurídica) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou outro conselho competente, com indicação dos responsáveis técnicos;

13.10.2.2 Certificado de Registro e Regularidade dos responsáveis técnicos (Certidão Pessoa Física) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou outro conselho competente;

13.10.2.3 Comprovar que possui em seu quadro profissional, vinculação profissional, mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: I) Cópia da Carteira de Trabalho, contendo as anotações de contrato de trabalho;





II) Contrato Social vigente devidamente registrado na Junta Comercial, no caso de sócio; III) Cópia do Contrato de Prestação dos Serviços;

13.10.2.4 Atestado de capacidade técnica devidamente registrado no CREA ou outro conselho competente comprovando que o proponente tenha executado serviços de características compatíveis com o objeto dessa licitação, cujas parcelas de maior relevância técnica e de valores significativos são:

Item	Descrição dos serviços	Uni	Qtde.
1.1.2	Mobilização e Instalação de draga hopper de 3.000 m³	unid.	1,00
2.2	Fornecimento pedras (0,10/1.000 kg) – núcleo	m³	5.532,96
2.3	Carga e descarga de pedras (0,10/1.000 kg) – Pedreira – Obra	m³	5.532,96
2.7	Fornecimento pedras (900 – 1350 kg) – Carapaça	m³	2.523,24
2.8	Carga e descarga de pedras (900 – 1350 kg) – Pedreira – Obra	m³	2.523,24
2.13	Escavação, carga e transporte de solos moles na distância de 3.000 m – caminho de serviço pavimentado – com caminhão basculante de 14 m³	m³	640,00
2.15	Concreto ciclópico fck = 20 mPa – confecção em betoneira e lançamento manual – areia, brita e pedra de mão comerciais	m³	410,00
3.1	Dragagem com draga hopper marítima (jazida marítima), inclusive acoplamento de tubulação e descarga por bombeamento (recalque) p/ praia	m ³	250.000,00
3.2	Carga, transporte, espalhamento e conformação de aterro hidráulico	m ³	210.129,42

13.10.2.5 Certidão de Acervo Técnico emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou outro conselho competente, comprovando que o responsável técnico do proponente tenha executado serviços de características compatíveis com o objeto desta licitação, ou seja, alimentação artificial da praia e ampliação do molhe;

13.10.2.6 No ato da habilitação as empresas deverão comprovar, sob as devidas penas cabíveis, a disponibilidade dos seguintes equipamentos, mediante apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, excluindo-se a necessidade de comprovação de propriedade e de localização prévia:

a) Dragagem auto transportadora Hopper com ~~capacidade do mínimo 3.000 m³~~ e ~~também a~~ disponibilidade de tubulação de recalque de no mínimo 250 m;





- b) Embarcação para transporte de pessoas com apoio logístico e com potência mínima de 135 Kw;
- c) 3 (três) potência mínima de 259 kW;
- d) 2 (duas) escavadeiras hidráulicas de longo alcance com caçamba;
- e) 2 (duas) carregadeira de pneus com caçamba e com potência mínima de 165 kW.

13.10.3 No tocante aos itens ~~“b” e “e”~~ 13.10.2.2 e 13.10.2.5 é imprescindível a comprovação da qualificação técnica do responsável técnico pela obra, tendo em vista a magnitude e complexidade técnica da obra a ser executada, além do seu alto valor.

13.10.4 É facultado aos licitantes efetuarem visita técnica para conhecimento do local em que serão prestados os serviços, em especial, para identificar o local e suas condições, não se admitindo, posteriormente, a alegação de desconhecimento de particularidades locais, sob qualquer pretexto.

13.10.5 A visita deverá ser efetuada comprovadamente pelo responsável técnico da empresa e deverá ser agendada diretamente na Secretaria Municipal de Obras, ou com os fiscais responsáveis, e poderá ser realizada até o penúltimo dia que antecede a data de abertura da licitação. O proponente que não efetuar a visita, deverá apresentar declaração que tem conhecimento dos locais onde serão prestados os serviços que estão sendo requisitados pela municipalidade, responsabilizando-se quanto à opção de haver dispensado a visita técnica.

13.10.6 O atestado de vistoria deverá ser assinado pelo responsável técnico da empresa e pelo fiscal de contrato formalmente designado.

13.10.7 A exigência de quantitativo mínimo a ser apresentado nos atestados de capacidade técnica, bem como os quantitativos integrais que se pretende contratar se justifica em razão da magnitude e complexidade técnica da obra que se pretende executar, bem como o seu considerável valor.

13.10.8 Desse modo, é importante assegurar que a empresa vencedora detenha experiência comprovada especialmente nos quantitativos a serem contratados, de forma a demonstrar efetivamente a expertise da empresa.





13.11. **DEVERÃO** SER APRESENTADAS AINDA JUNTAMENTE NA HABILITAÇÃO:

13.11.1. **DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS E PESSOAL TÉCNICO** necessários conforme exigido no presente Edital e também que não haverá qualquer paralisação na execução dos serviços pela falta dos mesmos, conforme ANEXO IV.

13.11.2. O proponente deverá apresentar junto à documentação de habilitação, ainda, a declaração de ciência da localização do objeto licitado, consubstanciado através da **DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL A SER REALIZADA A OBRA**, conforme ANEXO V.

13.11.3. **DECLARAÇÃO** da proponente informando **que ESTÁ CIENTE DE TODOS OS COMPONENTES EXPRESSOS NAS PEÇAS GRÁFICAS, MEMORIAIS, PLANILHAS E PERSPECTIVAS**, e responsabilizando- se pela execução de todos os itens constantes nesses documentos.

13.11.4. **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DEMAIS OBRIGAÇÕES**, conforme ANEXO III.

13.11.5. **DECLARAÇÃO QUE SE OBRIGA A APRESENTAR O CNO DA RFB NO INÍCIO DA OBRA**, estando o primeiro pagamento condicionado à esta apresentação, e sua respectiva CND de INSS da Obra da RFB, ao final, estando condicionado o Termo de Recebimento da Obra Definitivo à apresentação deste documento.

13.11.6. **DECLARAÇÃO DO PRAZO DE GARANTIA**, de no mínimo de 05 (cinco) anos para os serviços contratados que deverá correr a partir da data do Termo de Recebimento da Obra Definitivo, emitido pela Secretaria de Obras, conforme item 18.1.

14. DAS DILIGÊNCIAS

14.1. Poderão ser realizadas diligências referentes aos documentos apresentados, ou em relação a quaisquer outros documentos e aspectos, bem como localização da empresa, notas fiscais relativas ao (s) atestado(s) técnico(s)





emitido(s), além de autenticações, sejam presencialmente e/ou através dos sítios eletrônicos oficiais.

14.2. Os documentos para habilitação que necessitam de autenticação, **SOMENTE SERÃO AUTENTICADOS POR ESTA MUNICIPALIDADE ATÉ ÀS 16h00min DO ÚLTIMO DIA ÚTIL ANTERIOR A ABERTURA** do processo licitatório.

14.3. As autenticações serão admitidas para fins de complementação da documentação de habilitação, de acordo com o prazo estabelecido pelo agente de contratação em ata.

14.4. A prorrogação de prazo para a apresentação de documentos exigidos em ato de diligência deverá ser requerido dentro do prazo inicialmente previsto, preferencialmente por meio escrito, e fica adstrito à conveniência da Administração Pública, sob a autoridade do agente de contratação, no âmbito de sua competência.

14.5. A utilização dos recursos e meios eletrônicos dispensa o envio de documentação por correspondência, sendo utilizado campo próprio do sistema BNC, em “**DOCUMENTOS COMPLEMENTARES (PÓS-DISPUTA)**”, bem como, também, para e-mails da PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, próprios do Departamento de Compras e Licitações (alexandre.coelho@navegantes.sc.gov.br ; adm.licitacao@navegantes.sc.gov.br).

14.6. O envio de documentação de habilitação complementar para quaisquer outros e-mails será desconsiderado.

14.7. Serão verificados todos os documentos originais, conforme a Lei nº 13.726/18.

15. DOS RECURSOS

15.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, motivadamente, durante o prazo concedido na sessão pública, em **até 15 (quinze) minutos**, em **campo próprio do sistema**, exclusivamente, manifestar sua intenção de recorrer.





15.2. As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de 03 (três) dias.

15.3. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

15.4. **Os documentos referentes aos recursos e/ou às contrarrazões** poderão ser anexadas em campo próprio do sistema BNC, e ainda, sem prejuízo da sua apreciação, para e-mails da PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, próprios do Departamento de Compras e Licitações (alexandre.coelho@navegantes.sc.gov.br ; adm.licitacao@navegantes.sc.gov.br), sendo registrado e anexado pela Administração, nos autos do processo, o corpo do e-mail da empresa recorrente e/ou da contrarrazoante.

15.5. O envio de documentos referentes aos recursos e/ou às contrarrazões para quaisquer outros e-mails serão desconsiderados.

15.6. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e a autoridade competente estará autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

15.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

16. DO JULGAMENTO DOS RECURSOS

16.1. Após a manifestação dos interessados, a Autoridade Competente fará análise dos recursos e das contrarrazões manifestando-se formalmente sobre o conteúdo dos mesmos, podendo:

- a) manter as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo não provimento dos recursos;
- b) rever as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo provimento dos recursos;





16.2. Após análise e manifestação da Autoridade Competente sobre os recursos, o processo poderá ser submetido à análise da Procuradoria-Geral do Município.

16.3. A autoridade competente emitirá a decisão final.

16.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame e homologará o procedimento licitatório.

16.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.6. Não caberá recurso administrativo contra a decisão final da Autoridade Competente.

17. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DE CONTRATO

17.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade Competente, caso não haja interposição de recurso, ou após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

17.3. Após a homologação, o Contrato será encaminhado via sistema ECM para a devida assinatura. Importante destacar que a eficácia do contrato iniciará após sua publicação no PNCP, conforme art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

17.4. A contratação do(s) proponente(s) vencedor(es) da presente Concorrência Eletrônica será representada pela expedição do Termo de Contrato, da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do serviço licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para execução dos serviços conforme solicitação do Contratante.

17.5. O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(s) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o link para acesso.





17.6. É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

17.7. Se o vencedor não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o contrato, poderá ser convocado outro proponente. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo à sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital que será declarado o vencedor do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

17.8. Se o vencedor se recusar a assinar o contrato no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela Administração ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito, sujeitar-se-á das sanções previstas neste Edital.

17.9. Para assinatura eletrônica do contrato o vencedor deverá apresentar:

17.9.1. Certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão de Negativas Débitos Trabalhistas.

17.9.2 - Certidão de Registro de Pessoa Jurídica vigente e, no caso da empresa vencedora não ser sediada no Estado de Santa Catarina, deverá apresentar Certidão atualizada de registro de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho competente, vistado pelo CREA/SC ou outro Conselho Competente, com indicação dos responsáveis técnicos, se for o caso.

17.10. Procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado, caso a assinatura do termo contratual seja realizada por um procurador designado pelo proponente.

18. GARANTIAS, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

18.1. Haverá garantia quinquenal desta obra de engenharia, pois se trata de construção considerável (Lei Federal nº 10.406/2002, artigo 618).





18.2. Ainda, a obra de engenharia deve cumprir fielmente as especificações da descrição dos itens e do projeto de engenharia, bem como todas as exigências do Termo de Referência.

18.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor mencionado no item IX do Termo de Referência, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

18.4. Será exigido **garantia contratual** conforme previsão no art. 98, da Lei Nº. 14.133/2021, correspondente a **10% (dez por cento) do valor do contrato**.

18.4.1. Em se tratando de Fiança Bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia, pelo fiador, dos benefícios previstos nos artigos. 827 e 839 do Novo Código Civil.

18.4.2. Quando se tratar de Caução em dinheiro, o valor deverá ser recolhido e depositado em conta específica aberta em nome da Prefeitura Municipal de Navegantes, em instituição financeira devidamente regulamentada pelo Banco Central.

18.4.3. Quando se tratar de caução em títulos da dívida pública, este deverá ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliado pelo seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

18.4.4. No caso de a garantia ser prestada através de fiança bancária ou seguro-garantia, a mesma deverá ser renovada anualmente, devidamente atualizada, quando de eventuais Aditamentos Contratuais.

18.4.5. A garantia responderá pelo cumprimento das disposições do Contrato, ficando a CONTRATANTE autorizada a executá-la para cobrir multas, indenizações a terceiros e pagamentos de qualquer obrigação, inclusive no caso de rescisão.

18.4.6. A caução destina-se à garantia da boa e fiel execução do contrato, e o pagamento de eventuais multas.





18.4.7. A caução de garantia de execução será liberada quando da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento por escrito da interessada.

18.4.8. Após homologação do processo, o Município de Navegantes informará os dados bancários, por meio de documento formal, para depósito da garantia contratual.

18.4.9. Em se tratando de Fiança Bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia, pelo fiador, dos benefícios previstos nos artigos. 827 e 839 do Novo Código Civil.

18.4.10. Quando se tratar de Caução em dinheiro, o valor deverá ser recolhido e depositado em conta específica aberta em nome da Prefeitura Municipal de Navegantes, em instituição financeira devidamente regulamentada pelo Banco Central, e informada posteriormente, pela Secretaria Municipal de Finanças.

19. DA DOTAÇÃO

19.1. As despesas decorrentes do objeto desta CONCORRÊNCIA correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento, conforme fonte de recurso abaixo especificado:

Valor: ~~R\$ 37.891.114,44~~ R\$ 30.338.283,27

Órgão/Unidade	02/016
Dotação	138
Fonte de recurso	5083
Projeto Atividade	1009
Elemento de despesa	3390.5199

20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência (ANEXO I) e documentos complementares, elaborados, exclusivamente, pelos órgãos requisitantes, respeitada a segregação de funções.





21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas, conforme **Termo de Referência** (ANEXO I), bem como na minuta do contrato (ANEXO IX).

21.2. Além disso, a Contratada deverá fornecer ART de execução dos serviços contratados.

21.3. O início da execução deverá ocorrer a partir da emissão da Ordem de Serviço.

22. DO PAGAMENTO

22.1. Os pagamentos de todas as medições, mediante emissão dos respectivos boletins de medição assinados, ficam condicionados a apresentação das respectivas Notas Fiscais.

22.2. Após a apresentação do boletim de medição e respectiva NF, os pagamentos serão realizados em até 30 dias.

22.3 Os demais procedimentos para pagamento constam no Termo de Referência e Minuta do Contrato.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativa aceita pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, resguardada os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

23.1.1. Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total da contratação, por dia de inadimplência dos de execução, até o limite de 10 (dez) dia úteis, caracterizando inexecução parcial;

23.1.2. Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado da contratação, pela inadimplência além do prazo do subitem anterior, caracterizando inexecução total do mesmo;

23.1.3. Advertência;





23.1.4.– Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES pelo prazo de até 03 (três) anos;

23.1.5.– Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme art. 156, inciso IV e §§ 5º, 6º e 7º do mesmo artigo da Lei nº 14.133/2021.

23.2. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de rescisão unilateral do contrato, bem como aplicação de outras sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021, inclusive responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração ou a terceiros.

23.3. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES;

23.4. O valor da multa poderá ser descontado de eventual crédito existente na PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, à diferença será cobrada na forma da lei. Se a multa aplicada for de valor superior ao primeiro pagamento o excesso também poderá ser descontado do pagamento subsequente e assim sucessivamente.

23.5. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

23.6. O licitante ou contratado será responsabilizado pelas infrações contidas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, e serão aplicadas as infrações administrativas prevista no artigo 156 e seguintes da mesma lei.

23.7. O contrato poderá ser rescindido na ocorrência de qualquer um dos motivos enumerados no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 com as formalidades e consequências previstas nos artigos 138 e 139 da referida Lei.





24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou solicitar esclarecimentos sobre o edital de licitação, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada através de campo próprio do sistema da BNC – Bolsa Nacional de Compras e nos e-mails (e-mails) sítio no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

24.2. As dúvidas/questionamentos, e as impugnações deverão ser encaminhadas com documentos que identifiquem o(a) interessado(a), e poderão ser enviadas exclusivamente através de campo próprio do sistema da BNC – Bolsa Nacional de Compras, conforme a legislação.

24.3. Não sendo formulado pedido de esclarecimento, providência ou impugnação a este edital até o prazo previsto na legislação, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação das propostas e documentos de habilitação, não cabendo aos licitantes direito a qualquer reclamação posterior.

24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, se for o caso.

24.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Da sessão pública da Concorrência divulgar-se-á a ata da sessão e/ou quaisquer outras atas, bem como os documentos, no sistema eletrônico BNC e no site da PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, conforme a possibilidade e o andamento do processo.





25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo agente de contratação.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília –DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10. Em caso de divergência entre disposições do corpo deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.





25.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bnc.org.br, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados, além do site do Município, no endereço <https://navegantes.sc.gov.br>.

25.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência (TR);

ANEXO I-A – Estudo Técnico Preliminar (ETP);

ANEXO I-B - Justificativa para exigências de índices financeiros;

ANEXO II – Modelo de Declaração ME/EPP;

ANEXO III – Modelo de Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação e Demais Obrigações;

ANEXO IV – Modelo de Declaração de disponibilidade de pessoal técnico e equipamentos;

ANEXO V – Modelo de Declaração de Conhecimento do local;

ANEXO VI – Planilha Orçamentária, cálculo de BDI, Composição de custos unitários e Cronograma físico-financeiro

ANEXO VI – A – Projeto Básico e/ou Executivo

ANEXO VI – B – Matriz de Risco

ANEXO VII – Termo de adesão BNC;

ANEXO VIII – Custo pela utilização do sistema BNC;

ANEXO IX – Minuta do Contrato.

ROBERTO M. FERREIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS





ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O objeto do presente processo de licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ALIMENTAÇÃO ARTIFICIAL E AMPLIAÇÃO DO MOLHE DA PRAIA DO GRAVATÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 1 – ALIMENTAÇÃO ARTIFICIAL DA PRAIA					
Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Preço unit. Máx.	Preço total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO ARTIFICIAL DA PRAIA DO GRAVATÁ E EXECUÇÃO DA AMPLIAÇÃO DO MOLHE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO-DE-OBRA	Serviço	1	R\$ 37.891.114,44 R\$ 30.338.283,27	R\$ 37.891.114,44 R\$ 30.338.283,27

1.2 A empresa vencedora desta licitação não poderá ser vencedora da licitação correlata referente a supervisão técnica e ambiental da execução da obra de alimentação artificial e prolongamento do molhe da Praia do Gravatá.

1.3 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços de engenharia, conforme informações constantes no Estudo Técnico Preliminar.

1.4 O prazo de execução da obra é de 8 (oito) meses, conforme Cronograma Físico-Financeiro e Memorial Descritivo.

1.5 O prazo de vigência da contratação é de 11 (onze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei n. 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO





2.1 A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O Plano de Contratações Anual está sendo instituído e elaborado no Município de Navegantes/SC neste ano de 2024.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Da sustentabilidade

4.1.1 Informações relativas à sustentabilidade estão previstas na licitação correlata referente a supervisão técnica e ambiental da execução da obra de alimentação artificial e prolongamento do molhe da Praia do Gravatá.

4.1.2 Os programas ambientais e seu acompanhamento são de responsabilidade da empresa vencedora da correlata.

4.2 Da subcontratação

4.2.1 É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.2.1.1 Em caso de necessidade de mais equipes, desde que caracterizada a urgência e emergência, e observadas todas as exigências previstas abaixo, sem prejuízo das responsabilidades legais e contratuais da CONTRATADA, a quem caberá transmitir à subcontratada todos os elementos necessários à perfeita execução dos serviços nos termos contratuais, bem como fiscalizar a sua execução.

4.2.1.2 É permitida a subcontratação de equipamentos e maquinários por ventura necessários para a adequada execução dos serviços, neste caso o equipamento ou maquinário deverá ser de titularidade da subcontratada.

4.2.1.3 A autorização de qualquer subcontratação estará condicionada ao exame e à aprovação expressa pela CONTRATANTE, em relação à documentação exigida no item 4.2.1.11.





4.2.1.4 Caso seja autorizada a subcontratação, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, antes do início das atividades das subcontratada, o contrato firmado entre as partes e a documentação referente às condições de habilitação da subcontratada, as quais estão previstas no item 4.2.1.11.

4.2.1.5 Qualquer atraso ocorrido em relação aos serviços, decorrente da apresentação fora do prazo ou de forma incorreta que acarretem prejuízos ao prazo de conclusão dos serviços, será de responsabilidade da CONTRATADA, sob pena de ser aplicável a penalidade cabível, nos termos do contrato.

4.2.1.6 Durante o período de subcontratação, a subcontratada deverá manter vigente as condições iniciais de regularidade fiscal, previdenciária e técnica.

4.2.1.7 A substituição pela subcontratada, já anteriormente aprovada e autorizada, dependerá de prévia anuência escrita da CONTRATANTE, devendo a empresa substituta apresentar a mesma condição técnica e legal estabelecida anteriormente.

4.2.1.8 A CONTRATADA deverá incluir no contrato que vier a celebrar para eventual subcontratação, dispositivo que permita à Administração exercer amplo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratual, bem como cláusula que vede à subcontratada repassar o objeto subcontratado a outra empresa.

4.2.1.9 Caso os serviços subcontratados não satisfaçam e atendam as especificações estipuladas, serão impugnados pela CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA e à empresa subcontratada todo o ônus decorrente de sua reexecução.

4.2.1.10 Os serviços a cargo de diferentes empresas subcontratadas serão coordenados pela CONTRATADA, de modo a proporcionar o andamento harmonioso do objeto do contrato, permanecendo sob sua inteira responsabilidade o cumprimento das obrigações contratuais.

4.2.1.11 Cabe a CONTRATADA apresentar os seguintes documentos pertencentes à subcontratada:

a) Contrato firmado entre a empresa contratada e subcontratada;





- b) Cópia do contrato social da empresa subcontratada;
- c) Comprovação de que os funcionários da subcontratada integram o quadro de funcionários, que deverá ser feito mediante a apresentação da Carteira de Trabalho, Contrato de Prestação de Serviços ou Contrato Social;
- d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou da cédula de identidade, quando pessoa física;
- e) Certidão negativa de débitos federais
- f) Certidão negativa de débitos estaduais da sede da empresa;
- g) Certidão negativa de débitos municipais da sede da empresa;
- h) Certidão negativa de débitos trabalhistas, conforme Lei 12.440/2011;
- i) Certificado de Regularidade do FGTS;

4.3 Da garantia da contratação

4.3.1 Será exigida a garantia da contratação de 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato, conforme disposto no art. 98 da Lei n. 14.133/2021.

4.3.2 Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.3.3 A garantia nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada até a assinatura do contrato.

4.3.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.3.5 Se justifica o pedido de garantia de contratação no montante de 10% do valor do contrato em razão da magnitude e complexidade técnica da obra que se pretende executar, bem como o seu considerável valor.

4.4 Da vistoria

4.4.1 É facultado aos licitantes que efetuem visita técnica para conhecimento do local em que serão prestados os serviços, em especial, para identificar o local e suas condições, não se admitindo, posteriormente, a alegação de desconhecimento de particularidades locais, sob qualquer pretexto. A vistoria deverá ser efetuada comprovadamente pelo responsável técnico da empresa.





4.4.2 A visita deverá ser agendada diretamente na Secretaria Municipal de Serviços e Obras Municipais pelo telefone 3185-2003, das 07h às 17h ou pelo e-mail: obras.eng2@navegantes.sc.gov.br

4.4.3 O atestado de vistoria deverá ser assinado pelo responsável técnico da empresa e pela Diretoria Técnica de Engenharia da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Municipais.

4.4.4 A visita poderá ser realizada até o penúltimo dia que antecede a data de abertura da licitação.

4.4.5 O proponente que não efetuar a visita, deverá apresentar declaração que tem conhecimento dos locais onde serão prestados os serviços que estão sendo requisitados pela municipalidade, responsabilizando-se quanto à opção de haver dispensado a visita técnica.

4.4.6 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.4.7 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.5 A CONTRATADA deverá apresentar o projeto básico e executivo no prazo de 30 (trinta) dias.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condição de execução

5.1.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1.1 O início da execução do objeto a partir da assinatura do contrato e após a emissão da ordem de serviço será imediata.

5.1.1.2 A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade da execução do trabalho estão pormenorizadas no Memorial Descritivo ou Estudo Técnico Preliminar.





5.1.1.3 A realização dos serviços será de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro.

5.2 Local e horário da prestação dos serviços

5.2.1 Os serviços serão executados em locais definidos no projeto de execução e Memorial Descritivo.

5.3 Materiais a serem disponibilizados

5.3.1 Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- a) Draga auto transportadora Hopper com ~~capacidade do mínimo 3.000 m³ e também a~~ disponibilidade de tubulação de recalque de no mínimo 250 metros;
- b) Embarcação para transporte de pessoas com apoio logístico e com potência mínima de 135 kW;
- c) 3 (três) tratores de esteiras com lâmina, com potência mínima de 259 kW;
- d) 2 (duas) escavadeiras hidráulicas de longo alcance com caçamba;
- e) 2 (duas) carregadeiras com pneus e caçamba e com potência mínima de 165 Kw.

5.4 Especificação da garantia do serviço

5.4.1 Após o recebimento definitivo do objeto contratual, por parte do Município de Navegantes/SC, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da data de firmamento do Termo de Recebimento Definitivo, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes dos materiais empregados quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado.

5.4.2 Os serviços executados deverão estar em plena conformidade com as normas vigentes do Ministério do Trabalho, obedecendo e respeitando toda a legislação brasileira dos direitos do consumidor, particularmente o “Código de Defesa do Consumidor”, nos termos da Lei n. 8.078/1990.





5.5 Procedimento de transição e finalização do contrato

5.5.1 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas as circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 Preposto

6.6.1 A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6.2 A CONTRATADA deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do serviço.





6.6.3 A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

6.7 Fiscalização técnica

6.7.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução dos serviços para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato e memorial descritivo, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração Pública.

6.7.2 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução dos serviços, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º, Lei n. 14.133/2021).

6.7.3 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.7.7 A fiscalização técnica será realizada pela empresa contratada por meio de outro processo licitatório.

6.8 Fiscalização administrativa

6.8.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as





garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.8.3 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.8.3.1 Fiscalizar e atestar a execução dos serviços, com a emissão de relatórios de aprovação e declaração de compatibilidade com as condições estabelecidas no Edital.

6.8.3.2 Comunicar eventuais falhas na execução dos serviços, cabendo à CONTRATADA adotar as providências necessárias.

6.8.3.3 Garantir à CONTRATADA toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados com a execução dos serviços.

6.8.3.4 Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo.

6.8.4 A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

6.9 Gestor do contrato

6.9.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

6.9.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as





medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n. 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.9.6 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A medição será realizada em conjunto com a empresa vencedora da licitação referente ao apontamento e medição realizados pela supervisão técnica e ambiental, com os devidos equipamentos necessários.

7.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

7.2.1 não produzir os resultados acordados;

7.2.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou





7.2.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8. DO RECEBIMENTO

8.1 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no cronograma físico-financeiro, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

8.1.1 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

8.2 A CONTRATADA apresentará a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

8.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (art. 140, inciso I, alínea "a", da Lei n. 14.133/2021).

8.4 Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pela CONTRATANTE, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

8.5 As empresas vencedoras dos serviços serão responsáveis pela substituição, troca ou reposição dos serviços porventura entregues não compatíveis com as especificações do Edital.

8.6 Durante o prazo de garantia dos serviços prestados o prestador de serviços fica obrigado a substituir os serviços incompatíveis no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

8.7 O prazo do item 8.3 será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.





8.8 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.9 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.10 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.11 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.12 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.13 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório (art. 119 c/c art. 140 da Lei n. 14133/2021).

8.14 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.





8.15 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.16 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.17 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.17.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.17.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

8.17.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

8.17.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.17.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.





8.18 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n. 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.19 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.20 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9 LIQUIDAÇÃO

9.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n. 14.133/2021.

9.3 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) prazo de validade;
- b) data da emissão;
- c) dados do contrato e do órgão contratante;
- d) período respectivo de execução do contrato;
- e) valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado





providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE.

9.5 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, e documentação mencionada no art. 68 da Lei n. 14.133/2021.

10. PRAZO DE PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 dias após a emissão da Nota Fiscal.

10.2 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

10.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.4 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.4.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.6 Não haverá pagamento antecipado.

11. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

11.1 Da forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

11.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de processo de licitação, na modalidade concorrência, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.





11.2 Do regime de execução:

11.2.1 O regime de execução do contrato será por contratação Integrada.

11.3 Exigência de habilitação:

11.3.1 Conforme art. 65 da Lei n. 14.133/2021, as condições de habilitação serão definidas em Edital.

12. HABILITAÇÃO JURÍDICA

12.1 A habilitação jurídica será de acordo com o art. 66 da Lei n. 14.133/2021.

13. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

13.1 A habilitação fiscal, social e trabalhista será aferida conforme art. 68 da Lei n. 14.133/2021.

14. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

14.1 A comprovação financeira será feita de acordo com o art. 69 da Lei n. 14.133/2021.

15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.1 A comprovação da qualificação técnica será de acordo com art. 67 da Lei n. 14.133/2021.

15.2 A empresa CONTRATADA deverá deter qualificação técnica para a prestação do serviço a ser contratado, que será avaliada com base nos seguintes documentos e informações:

15.2.1 Certificado de Registro e Regularidade da empresa (Certidão Pessoa Jurídica) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou outro conselho competente, com indicação dos responsáveis técnicos;

15.2.2 Certificado de Registro e Regularidade dos responsáveis técnicos (Certidão Pessoa Física) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou outro conselho competente;

15.2.3 Comprovar que possui em seu quadro profissional, vinculação profissional, mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: I) Cópia da Carteira de Trabalho, contendo as anotações de contrato de trabalho; II) Contrato Social vigente devidamente registrado na Junta Comercial, no caso de sócio; III) Cópia do Contrato de Prestação dos Serviços;



15.2.4 Atestado de capacidade técnica devidamente registrado no CREA ou outro conselho competente comprovando que o proponente tenha executado serviços de características compatíveis com o objeto dessa licitação, cujas parcelas de maior relevância técnica e de valores significativos são:

Item	Descrição dos serviços	Unid.	Qtde.
1.1.2	Mobilização e Instalação de draga hopper de 3.000 m³	unid.	1,00
2.2	Fornecimento pedras (0,10/1.000 kg) – núcleo	m³	5.532,96
2.3	Carga e descarga de pedras (0,10/1.000 kg) – Pedreira – Obra	m³	5.532,96
2.7	Fornecimento pedras (900 – 1350 kg) – Carapaça	m³	2.523,24
2.8	Carga e descarga de pedras (900 – 1350 kg) – Pedreira – Obra	m³	2.523,24
2.13	Escavação, carga e transporte de solos moles na distância de 3.000 m – caminho de serviço pavimentado – com caminhão basculante de 14 m³	m³	640,00
2.15	Concreto ciclópico fck = 20 mPa – confecção em betoneira e lançamento manual – areia, brita e pedra de mão comerciais	m³	410,00
3.1	Dragagem com draga hopper marítima (jazida marítima), inclusive acoplamento de tubulação e descarga por bombeamento (recalque) p/ praia	m ³	250.000,00
3.2	Carga, transporte, espalhamento e conformação de aterro hidráulico	m ³	210.129,42

15.2.5 Certidão de Acervo Técnico emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou outro conselho competente, comprovando que o responsável técnico do proponente tenha executado serviços de características compatíveis com o objeto desta licitação, ou seja, alimentação artificial da praia e ampliação do molhe;

15.2.6 No ato da habilitação as empresas deverão comprovar, sob as devidas penas cabíveis, a disponibilidade dos seguintes equipamentos, mediante apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, excluindo-se a necessidade de comprovação de propriedade e de localização prévia:

- a) Draga auto transportadora Hopper com ~~capacidade do mínimo 3.000 m³ e também a~~ disponibilidade de tubulação de recalque de no mínimo 250 m;
- b) Embarcação para transporte de pessoas com apoio logístico e com potência mínima de 135 Kw;
- c) 3 (três) tratores de esteiras com lâmina, com potência mínima de 259 kW;
- d) 2 (duas) escavadeiras hidráulicas de longo alcance com caçamba;



e) 2 (duas) carregadeira de pneus com caçamba e com potência mínima de 165 kW.

15.3 No tocante aos itens ~~“b” e “e”~~ 15.2.2 e 15.2.5 é imprescindível a comprovação da qualificação técnica do responsável técnico pela obra, tendo em vista a magnitude e complexidade técnica da obra a ser executada, além do seu alto valor.

15.4 É facultado aos licitantes efetuarem visita técnica para conhecimento do local em que serão prestados os serviços, em especial, para identificar o local e suas condições, não se admitindo, posteriormente, a alegação de desconhecimento de particularidades locais, sob qualquer pretexto.

15.5 A visita deverá ser efetuada comprovadamente pelo responsável técnico da empresa e deverá ser agendada diretamente na Secretaria Municipal de Obras, ou com os fiscais responsáveis, e poderá ser realizada até o penúltimo dia que antecede a data de abertura da licitação. O proponente que não efetuar a visita, deverá apresentar declaração que tem conhecimento dos locais onde serão prestados os serviços que estão sendo requisitados pela municipalidade, responsabilizando-se quanto à opção de haver dispensado a visita técnica.

15.6 O atestado de vistoria deverá ser assinado pelo responsável técnico da empresa e pelo fiscal de contrato formalmente designado.

15.7 A exigência de quantitativo mínimo a ser apresentado nos atestados de capacidade técnica, bem como os quantitativos integrais que se pretende contratar se justifica em razão da magnitude e complexidade técnica da obra que se pretende executar, bem como o seu considerável valor.

15.8 Desse modo, é importante assegurar que a empresa vencedora detenha experiência comprovada especialmente nos quantitativos a serem contratados, de forma a demonstrar efetivamente a expertise da empresa.

16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

16.1 O custo estimado total da contratação é de ~~R\$ 37.891.114,44~~ R\$ 30.338.283,27 (Trinta milhões, trezentos e trinta e oito mil, duzentos e oitenta e





três reais e vinte e sete centavos), conforme custos unitários constantes no Estudo Técnico Preliminar e Planilha Orçamentária.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos.

17.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão/Unidade	02/016
Dotação	138
Fonte de recurso	5083
Projeto Atividade	1009
Elemento de despesa	4490.5199

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1 Designar servidor fiscal do contrato, ao qual caberá a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato, conforme legislação vigente.

18.2 Proporcionar à CONTRATADA todas as facilidades para o perfeito fornecimento/execução do objeto licitado.

18.3 Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos ou serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

18.4 Dar recebimento dos serviços solicitados e fornecidos em conformidade com este Termo de Referência e Memorial Descritivo.

18.5 Fiscalizar as medições mensais com registros das quantidades efetivamente recebidas e o valor financeiro correspondente, conforme padrões estabelecidos em Instruções de Serviços praticados pelo DNIT (SICRO), SIE ou até mesmo SINAP; ou de acordo com a planilha orçamentária.

18.6 As medições a que se refere no item anterior, as quantidades levantadas serão apuradas através de serviços de topografia, batimetria e de laboratórios e lançando conforme as unidades estabelecidas nas planilhas de orçamentos (metros, metro quadrado, metro cúbico, tonelada e unidade).

18.7 Efetuar o pagamento no preço e nas condições pactuadas.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA





19.1 Cumprir fielmente as condições e exigências contidas neste Termo de Referência, no Memorial Descritivo e nos Projetos e Plantas apresentados.

19.2 Entregar os serviços de acordo com as condições, especificações e quantitativos estipulados neste Termo de Referência, no Memorial Descritivo e Projetos e Plantas apresentados.

19.3 Substituir, às suas expensas, todos os materiais e serviços que apresentarem desconformidades pertinentes ao objeto.

19.4 Responsabilizar-se pelos danos causados à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando ao fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

19.5 Arcar com todas as despesas com frete, impostos, taxas, que venham a incidir sobre o objeto.

19.6 Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento dos materiais ou serviços e prestar esclarecimentos cabíveis.

19.7 Cumprir rigorosamente os prazos estipulados nesse Termo de Referência, Memorial Descritivo e Cronograma Físico-Financeiro.

19.8 Responder por todas as despesas referentes às obrigações decorrentes do direito de propriedade intelectual, trabalhistas, tributárias, previdenciárias, fiscais e de acidentes de trabalho.

19.9 Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Fiscal do Contrato indicado pela CONTRATANTE para acompanhamento do fornecimento dos objetos, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

19.10 A CONTRATADA providenciará livro para Diário da Obra com páginas tipograficamente numeradas, no qual se fará a anotação de todos os fatos que ocorrem na obra. Nele serão feitos apontamentos diários onde constarão, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Número de operários em atividade;
- b) Etapa do serviço em andamento;





- c) Informações quanto ao tempo de execução das obras a partir do início dos serviços;
- d) Condições meteorológicas no dia;
- e) Assuntos de interesse geral da obra;
- f) Comunicações e ordens da fiscalização;
- g) Anexo com o relatório de fotos.

19.11 O diário deverá ser rubricado diariamente pela fiscalização e pelo representante legal da CONTRATADA, e será utilizado como referência para sanar dúvidas que porventura venham a surgir quanto ao desempenho dos serviços.

19.12 A CONTRATADA poderá utilizar modelo de Diário de Obra fornecido pela Prefeitura Municipal de Navegantes.

19.13 A obra deverá ser devidamente sinalizada com placas de advertência, cones de sinalização e cavaletes, de forma a evitar acidentes no decorrer de sua execução. Toda sinalização será de inteira responsabilidade da CONTRATADA independente de indicação expressa na planilha orçamentária.

19.14 O início das operações fica submetidas a emissão da Licença Ambiental de Instalação (LAI).

Navegantes/SC, 27 de fevereiro de 2024.

ROBERTO M. FERREIRA
Secretário de Obras



ANEXO I – A

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Os principais objetivos do projeto de alimentação artificial da Praia do Gravatá são: (a) fornecer proteção às infraestruturas urbanas instaladas ao longo da frente costeira, contra a ação de eventos oceanográficos e meteorológicos extremos; (b) criar espaço de uso lúdico; e (c) restaurar o sistema praiar, criando habitat para vegetação característica de duna/restinga, pássaros e organismos marinhos/costeiros.

A Praia de Navegantes/SC possui aproximadamente 9.700 metros de comprimento e é subdividida em Praia do Pontal, Praia Central, Meia Praia e Praia do Gravatá.

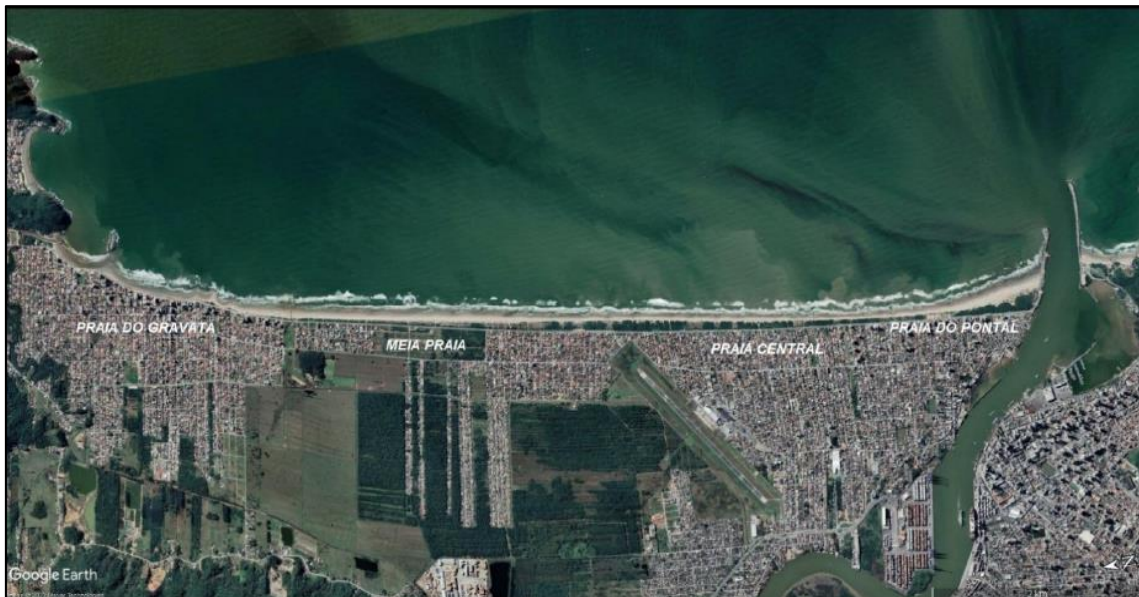


Figura 1: Vista aérea da Praia de Navegantes, subdividida em Praia do Pontal, Praia Central, Meia Praia e Praia do Gravatá.

Ademais, a área do projeto corresponde à Praia do Gravatá, limitada, ao norte pelo Rio Gravatá e, ao sul, pelo Ribeirão das Pedras, conforme figura 2 abaixo.



Figura 2: Praia do Gravatá, limitada, ao norte, pelo Rio Gravatá e, ao sul, pelo Ribeirão das Pedras.

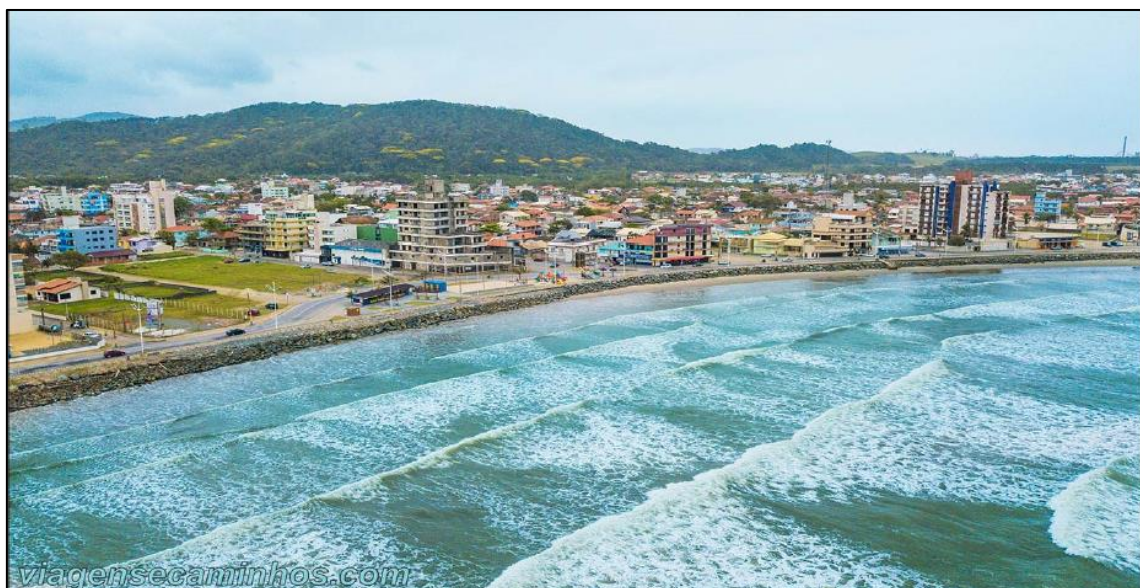


Figura 3: Vista aérea da Praia do Gravatá. Observa-se a completa ausência de areia na praia.



Nesse contexto, a Praia do Gravatá, localizada no extremo norte do Município de Navegantes/SC, é um balneário amplamente visitado no verão, com vida noturna movimentada por bares e restaurantes, além de frequentada por munícipes e turistas. Ademais, a praia é muito procurada por surfistas, atraídos pelas ondas que quebram próximas às pedras.

Desta forma, a Praia do Gravatá se consolidou como um importante polo turístico e de lazer no Município de Navegantes/SC, representando também uma importante fonte de recursos ao Município e fonte de renda para diversos comerciantes locais.

Atualmente, a mencionada praia encontra-se erodida e nos eventos de maré alta, alguns trechos ficam completamente submersos, inviabilizando o uso da faixa de areia para o lazer e a recreação.

Outro ponto importante para eficácia do engordamento, é o molhe de fixação da desembocadura do Rio Gravatá que, além da função de fixar a desembocadura do Rio Gravatá, servirá de apoio lateral à porção emersa e submersa do enchimento da praia.

Com isso, o molhe deverá ser prolongado, visto que seu comprimento e forma foi definido com base em requerimentos de funcionalidade e operatividade do canal de navegação, para acesso de pequenas embarcações de pesca e recreio ao interior do rio, obedecendo critérios de otimização funcional, econômica e ambiental.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

O Município de Navegantes/SC não possui plano de contratações anual para 2024, porém, no plano da atual gestão consta a proposta de alimentação artificial da faixa de areia e proteção da Praia do Gravatá. Nesse sentido, os estudos iniciaram em 2021 com a contratação dos projetos e obtenção das licenças ambientais.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

3.1 REQUISITOS MÍNIMOS NECESSÁRIOS





A empresa contratada deverá ter à disposição, no mínimo, os seguintes equipamentos, embarcações e maquinários de forma a viabilizar a adequada prestação do serviço contratado:

- a) Draga autotransportadora HOPPER com ~~capacidade do mínimo 3.000m³~~ e ~~também a~~ disponibilidade de tubulação de recalque de no mínimo 250m;
- b) Embarcação para transporte de pessoas com apoio logístico e com potência mínima de 135kW;
- c) 3 (três) tratores de esteiras com lâmina, com potência mínima de 259 kW;
- d) 2 (duas) escavadeiras hidráulicas de longo alcance com caçamba;
- e) 2 (duas) carregadeiras com pneus e caçamba, com potência mínima de 165kW.

Ademais, a empresa deverá possuir, no mínimo, em seu quadro de funcionários, além dos funcionários necessários para a execução da obra:

- a) 1 (um) engenheiro responsável por serviço de dragagem;
- b) 1 (um) engenheiro coordenador com experiência em dragagem;
- c) 1 (um) encarregado de obras; e
- d) 1 (um) marinheiro de convés.

3.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

A empresa contratada deverá deter qualificação técnica para a prestação do serviço a ser contratado, que será avaliada com base nos seguintes documentos e informações:

- a) Certificado de Registro e Regularidade da empresa (Certidão Pessoa Jurídica) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou outro conselho competente, com indicação dos responsáveis técnicos.
- b) Certificado de Registro e Regularidade dos responsáveis técnicos (Certidão Pessoa Física) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou outro conselho competente;
- c) Comprovar que possui em seu quadro profissional, vinculação profissional, mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: I) Cópia da Carteira de Trabalho, contendo as anotações de contrato de trabalho;



II) Contrato Social vigente devidamente registrado na Junta Comercial, no caso de sócio; III) Cópia do Contrato de Prestação dos Serviços;

d) Atestado de capacidade técnica devidamente registrado no CREA ou outro conselho competente comprovando que o proponente tenha executado serviços de características compatíveis com o objeto dessa licitação, cujas parcelas de maior relevância técnica e de valores significativos são:

Item	Descrição dos serviços	Unidade	Qtde.
1.1.2	Mobilização e Instalação de draga hopper de 3.000 m³	unid.	1,00
2.2	Fornecimento pedras (0,10/1.000 kg) – núcleo	m³	5.532,96
2.3	Carga e descarga de pedras (0,10/1.000 kg) – Pedreira – Obra	m³	5.532,96
2.7	Fornecimento pedras (900 – 1350 kg) – Carapaça	m³	2.523,24
2.8	Carga e descarga de pedras (900 – 1350 kg) – Pedreira – Obra	m³	2.523,24
2.13	Escavação, carga e transporte de solos moles na distância de 3.000 m – caminho de serviço pavimentado – com caminhão basculante de 14 m³	m³	640,00
2.15	Concreto ciclópico fck = 20 mPa – confecção em betoneira e lançamento manual – areia, brita e pedra de mão comerciais	m³	410,00
3.1	Dragagem com draga hopper marítima (jazida marítima), inclusive acoplamento de tubulação e descarga por bombeamento (recalque) p/ praia	m ³	250.000,00
3.2	Carga, transporte, espalhamento e conformação de aterro hidráulico	m ³	210.129,42

e) Certidão de Acervo Técnico emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou outro conselho competente, comprovando que o responsável técnico do proponente tenha executado serviços de características compatíveis com o objeto desta licitação, ou seja, alimentação artificial da praia e ampliação do molhe;

f) No ato da habilitação as empresas deverão comprovar, sob as devidas penas cabíveis, a disponibilidade dos seguintes equipamentos, mediante apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, excluindo-se a necessidade de comprovação de propriedade e de localização prévia:



- Draga auto transportadora HOPPER com ~~capacidade de mínimo 3.000 m³~~ e ~~também a~~ disponibilidade de tubulação de recalque de no mínimo 250m;
- Embarcação para transporte de pessoas com apoio logístico e com potência mínima de 135kW;
- 3 (três) tratores de esteiras com lâmina, com potência mínima de 259kW;
- 2 (duas) escavadeiras hidráulicas de longo alcance com caçamba;
- 2 (duas) carregadeira de pneus com caçamba e com potência mínima de 165kW.

No tocante aos itens “b” e “e” é imprescindível a comprovação da qualificação técnica do responsável técnico pela obra, tendo em vista a magnitude e complexidade técnica da obra a ser executada, além do seu alto valor.

É facultado aos licitantes efetuarem visita técnica para conhecimento do local em que serão prestados os serviços, em especial, para identificar o local e suas condições, não se admitindo, posteriormente, a alegação de desconhecimento de particularidades locais, sob qualquer pretexto.

A visita deverá ser efetuada comprovadamente pelo responsável técnico da empresa e deverá ser agendada diretamente na Secretaria Municipal de Obras, ou com os fiscais responsáveis, e poderá ser realizada até o penúltimo dia que antecede a data de abertura da licitação. O proponente que não efetuar a visita, deverá apresentar declaração que tem conhecimento dos locais onde serão prestados os serviços que estão sendo requisitados pela municipalidade, responsabilizando-se quanto à opção de haver dispensado a visita técnica.

O atestado de vistoria deverá ser assinado pelo responsável técnico da empresa e pelo fiscal de contrato formalmente designado.

A exigência de quantitativo mínimo a ser apresentado nos atestados de capacidade técnica, que se pretende contratar se justifica em razão da magnitude e complexidade técnica da obra que se pretende executar, bem como o seu considerável valor.

A exigência de quantitativo mínimo a ser apresentado nos atestados de capacidade técnica, bem como os quantitativos integrais que se pretende





contratar se justifica em razão da magnitude e complexidade técnica da obra que se pretende executar, bem como o seu considerável valor.

Desse modo, é importante assegurar que a empresa vencedora detenha experiência comprovada especialmente nos quantitativos a serem contratados, de forma a demonstrar efetivamente a expertise da empresa.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Os valores de custos unitários de mão de obra e materiais foram extraídos da planilha FVG (Fundação Getúlio Vargas referente à ~~Dez/2023~~ agosto/2024). Os quantitativos de volumes, unidades e demais presentes, foram extraídos dos projetos contidos nessa licitação.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Segue abaixo tabela contendo o quantitativo a ser contratado:

Item	Especificações	Unid.	Qtde.
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO ARTIFICIAL DA PRAIA DO GRAVATÁ E EXECUÇÃO DA AMPLIAÇÃO DO MOLHE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO-DE-OBRA	Serviço	1

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Segue abaixo tabela resumida contendo o valor total estimado da contratação, já os valores unitários podem ser verificados na planilha orçamentária anexa ao presente documento:

Item	Especificações	Unid.	Qtde	Valor total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO ARTIFICIAL DA PRAIA DO GRAVATÁ E EXECUÇÃO DA AMPLIAÇÃO DO MOLHE, COM	Serviço	1	R\$ 37.891.114,44 R\$ 30.338.283,27.





	FORNECIMENTO DE MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO-DE-OBRA			
--	--	--	--	--

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Dentre as possíveis soluções para solucionar o problema apresentado no item 1, visualiza-se duas opções.

A primeira opção seria a desapropriação dos imóveis localizados no denominado terrenos de marinha de acordo com o Decreto-Lei n. 9.760, de 5 de setembro de 1946, bem como aqueles que extrapolam a área da marinha. Já a segunda opção seria a utilização de solução de engenharia realizando a alimentação artificial da praia.

Nesse sentido, estima-se que para a realização da faixa de recuo seria necessário desapropriar cerca de 237 imóveis em um trecho compreendido de 70 metros a partir da praia ao longo de 2.456,59 metros de extensão. Estima-se um valor médio de 1 (um) apartamento localizado de frente para o mar ou na mesma quadra, de uma média de R\$ 1.364.731,81 (um milhão, trezentos e sessenta e quatro mil, setecentos e trinta e um reais e oitenta e um centavos), com isso realizou-se um cálculo estimativo (memória de cálculo abaixo) e seria despendido cerca de R\$ 54.589.272,40 (cinquenta e quatro milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, duzentos e setenta e dois reais e quarenta centavos) em um prédio com 4 apartamentos por andar e contando com 10 andares, sem levar em conta o valor a ser pago na infraestrutura do prédio, como as áreas comuns.

Imobiliária	Sequência	Valor
JGoedert	Apartamento 1	R\$ 1.800.000,00
JGoedert	Apartamento 2	R\$ 783.050,00
JGoedert	Apartamento 3	R\$ 690.000,00
Aliança	Apartamento 1	R\$ 815.000,00
Aliança	Apartamento 2	R\$ 950.000,00
Aliança	Apartamento 3	R\$ 1.950.000,00
Aliança	Apartamento 4	R\$ 950.000,00
Cadin	Apartamento 1	R\$ 2.495.000,00
Cadin	Apartamento 2	R\$ 730.000,00
Cadin	Apartamento 3	R\$ 1.649.000,00
Cadin	Apartamento 4	R\$ 2.200.000,00





	Soma	R\$ 15.012.050,00
	Média	R\$ 1.364.731,81

Memória de cálculo	
<i>R\$ 1.364.731,81 * 4 (apartamentos por andar) = R\$ 5.458.927,24</i>	
<i>R\$ 5.458.927,24 * 10 (andares) = R\$ 54.589.272,40</i>	

Para a realização do cálculo acima, realizou-se busca nos sites das 3 (três) primeiras imobiliárias que apareciam na pesquisa realizada no Google.

Nesse sentido, se utilizarmos o valor médio encontrado e multiplicarmos pelo valor estimado de imóveis a serem desapropriados, ora 237, estima-se em R\$ 323.441.438,97 (trezentos e vinte e três milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e noventa e sete centavos) a ser despendido apenas com a desapropriação de imóveis. Vale salientar que se trata de valores estimados, podendo ter variações dos valores gerais.

Isto posto, verifica-se a inviabilidade da primeira opção, ora desapropriação em razão do valor exorbitante a ser despendido com a indenização a ser paga aos proprietários, assim como o custo a ser despendido em eventual processo judicial. Cabe levantar ainda a morosidade do trâmite de tais processos, os quais poderiam levar anos, e nesse interim a praia continuaria no seu processo de erosão.

Com isso, a segunda opção se mostra a mais vantajosa no âmbito econômico e social, razão pela qual foi a opção escolhida.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO

A presente licitação será realizada em regime de execução por Contratação Integrada.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Se faz necessário proceder a elaboração de novo processo licitatório visando a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de supervisão e fiscalização do objeto da presente licitação.

10. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS





Os principais objetivos e resultados pretendidos com o projeto de alimentação artificial da Praia do Gravatá são:

- a) fornecer proteção às infraestruturas urbanas instaladas ao longo da frente costeira, contra a ação de eventos oceanográficos e meteorológicos extremos;
- b) criar espaço de uso lúdico para os banhistas de toda região, ampliando a área de lazer, trazendo mais conforto e segurança na utilização;
- c) restaurar o sistema praial, criando habitat para vegetação característica de duna/restinga, pássaros e organismos marinhos/costeiros;
- d) criação de espaços privilegiados para os moradores e os visitantes. Espaços ao ar livre para esporte, lazer;
- e) aumento na qualidade do setor de turismo, de forma a incentivar novos investidores para a cidade e, conseqüentemente, trará benefício ao comércio local;
- f) valorização dos imóveis da cidade;
- g) embelezamento da praia, promovendo conforto aos banhistas, moradores e turistas em geral.
- h) Garantir a funcionalidade e operatividade do canal de navegação, para acesso de pequenas embarcações de pesca e recreio ao interior do rio.

Assim, o alargamento artificial da faixa de areia da Praia de Gravatá, aumentará e resgatará o perfil da praia, de forma a assegurar a proteção da costa e as construções já instaladas, proporcionando uma área adequada aos usuários do balneário.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Após a emissão da Licença Ambiental Prévia - LAP, a secretaria responsável iniciou o processo de atendimento aos requisitos impostos para obtenção da Licença Ambiental de Instalação – LAI, que é condicionante ao início da operação. Desta forma, a municipalidade deve monitorar o andamento desse processo até obtenção da LAI.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS





De acordo com o Estudo Ambiental Simplificado, realizado pela empresa Prosul, a Resolução CONAMA n. 001/86 define que o impacto ambiental corresponde a:

“qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais”

A identificação e a respectiva descrição dos impactos relacionados ao empreendimento tiveram por base a experiência dos projetistas e da equipe consultora, bem como os resultados dos trabalhos de diagnóstico ambiental realizados pelas equipes técnicas e de projeto, somados às informações obtidas de órgãos oficiais e na bibliografia especializada.

Segue abaixo os possíveis impactos ambientais.

12.1.1 GERAÇÃO DE EXPECTATIVAS E INCERTEZAS

A etapa de planejamento concerne ao período em que são desenvolvidas as atividades referentes à realização de estudos de engenharia e dos estudos ambientais. Essas ações podem gerar diferentes entendimentos e interpretações por parte da população local em relação ao empreendimento, portanto, este impacto deriva dos anseios da população do entorno em relação às mudanças que serão acarretadas pelo empreendimento.

O empreendimento em questão, é um assunto bastante recorrente na comunidade, já que há tempos a orla encontra-se erodida em vários setores e nos eventos de maré alta, alguns trechos ficam completamente submersos, inviabilizando o uso da faixa de areia para o lazer e a recreação. Porém, apesar de haver apoio da comunidade, alguns pescadores têm receio de que as obras de alargamento possam afetar a pesca sazonal da tainha.

Neste contexto, classificou-se o impacto como sendo de natureza indeterminada, visto que poderá causar expectativas tanto positivas, quanto negativas na AID. Considera-se que a probabilidade de ocorrência do impacto seja alta, porém, terá duração temporária, limitando-se a fase de planejamento até a implantação





do empreendimento. Com base nesta análise e nas medidas a serem adotadas, infere-se que o impacto possui média importância.

A tabela abaixo apresenta a classificação dos atributos ambientais para este impacto ambiental.

ATRIBUTOS	CLASSIFICAÇÃO
Meio impactado	Socioeconômico
Área de influência	AID
Natureza	Negativa/ Positiva
Duração	Temporária
Probabilidade	Alta
Importância	Média

Dentre as medidas mitigadoras, preventivas e programas ambientais, citam-se:

- a) Estabelecer ações de comunicação social com a comunidade;
- b) Manter em operação um canal para esclarecimentos de dúvidas e reclamações;
- c) Evitar a realização das obras no período de pesca sazonal da tainha (maio a julho);
- d) Implementar o Programa de Controle Ambiental da Atividade de Dragagem;
- e) Implementar o Programa de Comunicação Social.

12.1.2 FASE DE IMPLANTAÇÃO

As águas da praia de Gravatá e da região da jazida de sedimentos, podem ser classificadas como águas salinas – Classe 1, segundo o artigo 5º da Resolução Conama n. 357/2005, e podem ser destinadas:

- a) à recreação de contato primário (Resolução CONAMA nº 274/2000);
- b) à proteção das comunidades aquáticas; e
- c) à aquicultura e à atividade de pesca;

Pode haver uma alteração da qualidade das águas marinhas, em função do revolvimento dos sedimentos durante a exploração da jazida e do retorno ao mar, das águas salinas contidas nestes sedimentos quando lançados na praia, ocorrerá a suspensão de sólidos nas águas, ocasionando turbidez temporária,





caracterizando uma alteração física e visual, que cessará à medida que termine a exploração da jazida e se finalize o lançamento da areia na faixa praial.

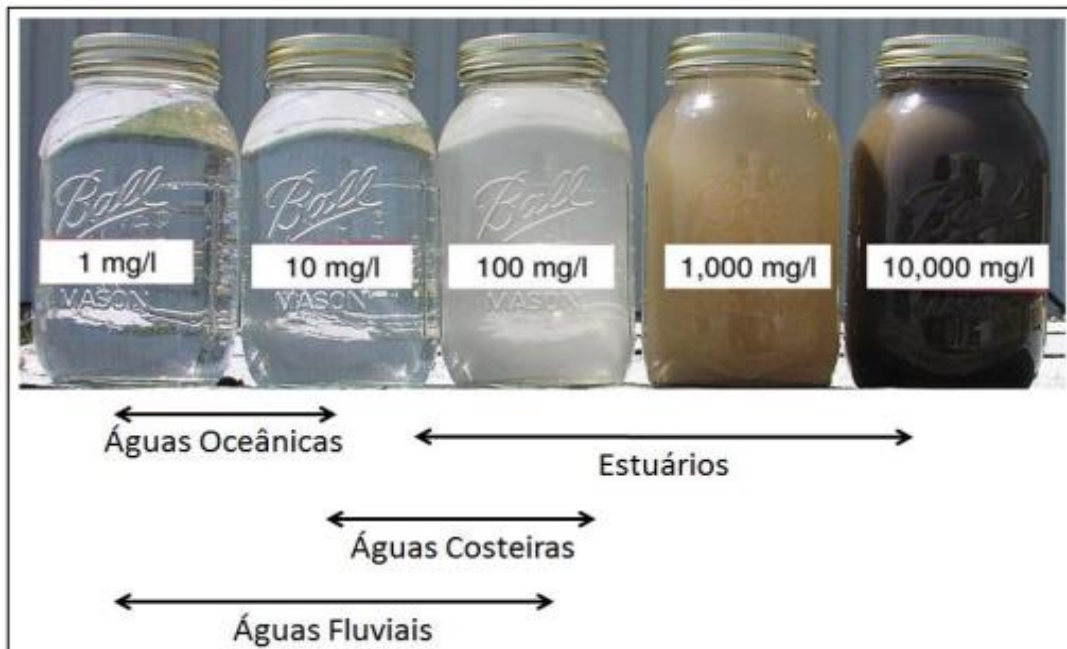
Este impacto da turbidez poderá ser mais severo caso a draga execute procedimento de extravasamento da cisterna (overflow), o qual é executado com intuito de aumentar a eficiência do processo de dragagem. Logo, a execução da prática de extravasamento também implica em um menor tempo de obras, o que também implica na duração dos impactos.

No entanto, é importante considerar que este volume de água que é liberado pela draga contendo sólidos em suspensão, podem resultar em impactos sobre a qualidade da água devido ao aumento da turbidez, acarretando o aumento do tempo de decantação/clarificação na coluna d'água.

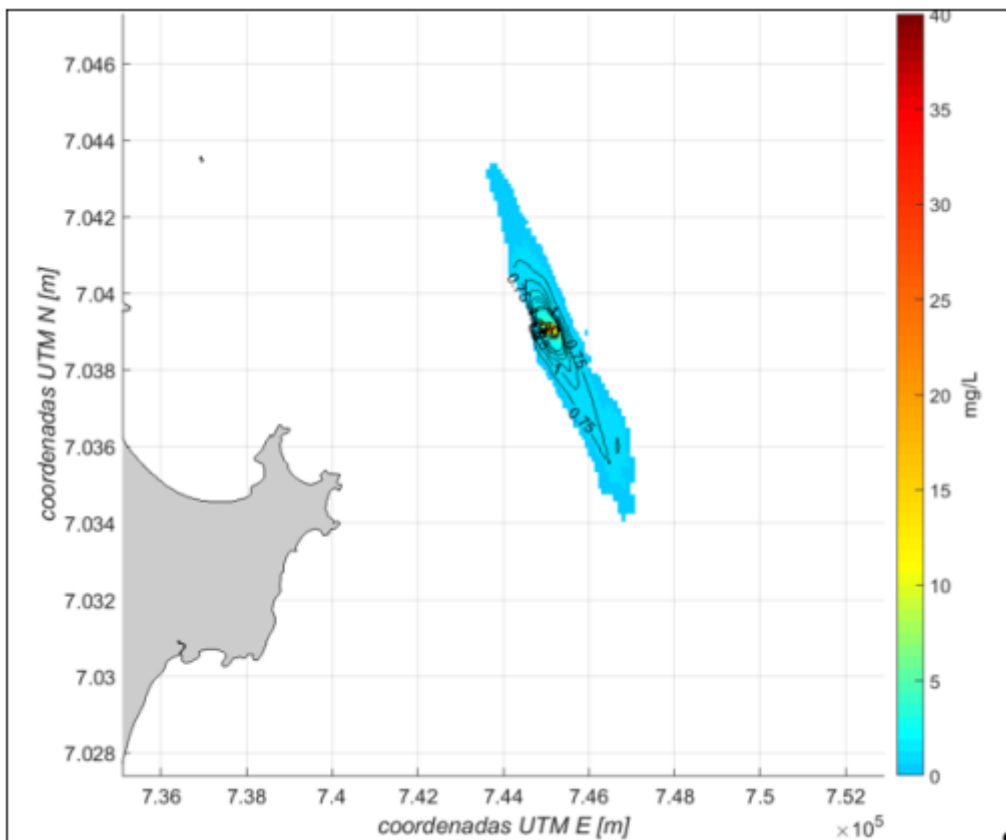
Os resultados da modelagem matemática da pluma de dispersão de sedimentos, prevê que: fora dos limites da área de empréstimo, a concentração de sedimentos em suspensão disponibilizados na coluna de água, durante a operação de dragagem, é inferior a 5 mg/L, em 99% do tempo e dentro dos limites da área de empréstimo, a concentração de sedimentos em suspensão disponibilizados na coluna de água, durante a operação de dragagem, é inferior a 40 mg/L.

Para auxiliar a interpretação da ordem de grandeza dos valores utilizados na modelagem matemática da pluma de dispersão de sedimentos, é apresentada na figura abaixo uma representação das características visuais e de coloração de amostras de água, que contêm diferentes concentrações de sedimentos em suspensão. São apresentados, também, os ranges de concentrações comumente encontrados em ambientes oceânicos, costeiros, estuarinos e fluviais.





Considerando os usos preponderantes para as águas salinas Classe 1, conforme o artigo 18 da Resolução n. 357, o parâmetro relacionado a turbidez deve ser “virtualmente ausente” nestas águas. Logo, temporariamente, durante a fase de obras, este parâmetro estará em desconformidade, porém, a modelagem da dispersão da pluma de sedimentos, a qual também simulou a execução da dragagem e extravasamento da cisterna, apontou que devido à baixa porcentagem de sedimentos finos na jazida (3,17 %), é esperado que a área de influência da pluma de sedimentos esteja limitada à região da jazida, se desenvolvendo de forma paralela à costa, conforme observado na figura abaixo.



Também foi projetado que a dispersão da pluma tende a ocorrer predominantemente paralela à costa, governada principalmente pelos efeitos da corrente costeira induzida pela ação combinada dos ventos e marés, sendo assim, o tempo para a recuperação da qualidade das águas variará de acordo com condições de movimentação das mesmas.

Outra repercussão relacionada ao aumento da turbidez ao longo da praia é a alteração do aspecto da água, o que por sua vez poderá causar desconforto aos frequentadores da praia, principalmente se as obras ocorrerem durante a temporada de verão. Considerando ainda que a caracterização dos sedimentos, não identificou parâmetros químicos em desacordo com a legislação, infere-se que a alteração da qualidade será de caráter físico e pontual, restrita ao interior da enseada e arredores da jazida, não implicando em contaminação química das águas marinhas.



Desta forma, tendo em vista, a distância da área da jazida e a duração da atividade de dragagem, classificamos este impacto como de importância média. A tabela abaixo apresenta a classificação dos atributos ambientais para este impacto ambiental.

ATRIBUTOS	CLASSIFICAÇÃO
Meio impactado	Físico e Socioeconômico
Área de influência	AID
Natureza	Negativa
Duração	Temporária
Probabilidade	Alta
Importância	Média

Dentre as medidas mitigadoras, preventivas e programas ambientais, citam-se:

- a) Implantar sistema de sinalização de obras, identificando e isolando as áreas das obras (dragagem, espalhamento, etc);
- b) Implantar o programa de supervisão ambiental incluindo o subprograma de sinalização de obras;
- c) Implantar o Programa de Controle Ambiental da Atividade de Dragagem;
- d) Implantar programa de Qualidade das Águas e Sedimentos;
- e) Implantar Programa de Comunicação Social visando informar sobre o cronograma de obras e trechos e/ou períodos com restrição de acesso à praia.

12.1.3 AUMENTO DO NÍVEL DA PRESSÃO SONORA

Durante as obras, espera-se um aumento nos níveis de emissão de ruídos, que poderão ser sentidos nas áreas adjacentes a ADA, especialmente pela operação da draga e pela movimentação dos veículos para espalhamento do material na faixa de areia. Esta alteração poderá ser agravada pela execução ininterrupta das atividades, situação provável de se estabelecer a fim de se aproveitar a permanência da draga e conseqüentemente diminuir o cronograma executivo de obras.





Conforme os dados obtidos no diagnóstico de ruídos realizado na ADA e nas áreas contíguas a mesma, todos os pontos amostrais apresentaram ruído acima do limite preconizado pela legislação, sendo que em alguns pontos os valores estão atribuídos aos agentes externos naturais, como som do mar e vento.

Destaca-se, porém, que a avenida que margeia a faixa litorânea de Navegantes/SC, ora Avenida Prefeito Cirino Adolfo Cabral, é uma importante via de ligação de cidade, logo, diuturnamente temos um volume considerável de tráfego local. Ademais, cabe salientar que o presente impacto se manifesta e se propaga no meio físico, no entanto, sua repercussão se dá junto ao meio socioeconômico.

Em virtude da natureza do empreendimento, os níveis de ruídos estão condicionados às fases de obras e, quando de seu término, a intensidade sonora voltará aos níveis atuais. A tabela abaixo apresenta a classificação dos atributos ambientais para este impacto ambiental:

ATRIBUTOS	CLASSIFICAÇÃO
Meio impactado	Físico e Socioeconômico
Área de influência	AID
Natureza	Negativa
Duração	Temporária
Probabilidade	Média
Importância	Média

Dentre as medidas mitigadoras, preventivas e programas ambientais, citam-se:

- Respeito à legislação vigente; ao Código de Obras do Município e às Normas Técnicas referentes às emissões de ruídos;
- Todos os equipamentos empregados deverão passar por rigoroso controle e manutenção, evitando assim geração de ruídos em excesso;
- Implantar programa de Supervisão Ambiental com Subprograma de Monitoramento de Ruídos.

12.1.4 GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Como qualquer atividade antrópica, as obras de alimentação artificial da Praia do Gravatá constituem-se numa atividade geradora de resíduos de diferentes tipologias, devido a tipologia da obra, os principais resíduos são os domésticos,





resultantes das atividades administrativas no canteiro de obras e dos resíduos gerados pelos colaboradores durante as refeições.

Importante observar que esses resíduos devem receber um manejo diário, considerando que possuem, em sua composição, elevada quantidade de matéria orgânica. O acondicionamento, armazenamento ou a disposição inadequada dos resíduos supracitados podem resultar em sérios impactos ambientais, tais como: obstrução de sistemas de drenagem pluvial e assoreamento de cursos hídricos, com conseqüente ocorrência de alagamentos e inundações; alteração da qualidade dos corpos hídricos superficiais e subterrâneos; contaminação do solo; e proliferação de vetores como insetos e roedores, que favorecem a transmissão de zoonoses.

Portanto, salienta-se a necessidade de implementar uma adequada gestão dos resíduos em todas as fases da implementação do empreendimento, em observância às determinações da legislação ambiental vigente.

A tabela abaixo apresenta a classificação dos atributos ambientais para este impacto ambiental:

ATRIBUTOS	CLASSIFICAÇÃO
Meio impactado	Físico
Área de influência	ADA
Natureza	Negativa
Duração	Temporária
Probabilidade	Alta
Importância	Baixa

Dentre as medidas mitigadoras, preventivas e programas ambientais, citam-se:

- Implantar o Programa de Supervisão ambiental com o Subprograma de Gestão de Resíduos Sólidos e Efluentes e Subprograma de Recuperação de Áreas Degradadas;
- Implantar o programa de Controle Ambiental da Atividade de Dragagem.

12.1.5 AFUGENTAMENTO E PERTURBAÇÃO DA FAUNA

Fatores como a movimentação de veículos e equipamentos e o aumento de ruído associado a obras e atividade de dragagem propriamente dita, podem resultar





no afastamento de elementos da fauna local. Os animais tendem a se afastar dos locais afetados por estes distúrbios em busca de áreas mais tranquilas onde possam suprir suas necessidades básicas.

Os organismos que apresentam mobilidade, como peixes, quelônios, mamíferos aquáticos e aves costeiras deverão fugir do local durante as atividades de dragagem e espalhamento, principalmente devido à presença de maquinários e do aumento da concentração de sólidos em suspensão que aumentará a turbidez das águas.

O resultado da modelagem numérica de dispersão da pluma de sedimentos, prevê que a pluma tende a ocorrer predominantemente paralela à costa, governada principalmente pelos efeitos da corrente costeira induzida pela ação combinada dos ventos e marés. Devido à baixa porcentagem de sedimentos finos na jazida (3,17%), é esperado que a área de influência da pluma de sedimentos se desenvolve paralelamente à costa, a uma distância de aproximadamente 6km do ponto mais próximo à costa.

Em relação a cetáceos, de acordo com trabalhos já publicados, a presença de *Tursiops truncatus* foi registrada como a única espécie de cetáceo com ocorrência frequente (DIEHL, 2017).

Contudo, na plataforma do SIMBA, no Município de Navegantes/SC entre agosto de 2015 e novembro de 2022, foram registrados 100 (cem) encalhes de cetáceos, todos em óbito, de cinco espécies, sendo elas:

- *Pontoporia blainvillei* (93);
- *Tursiops truncatus* (3);
- *Phocoena dióptrica* (2);
- *Megaptera novaeangliae* (1); e
- *Sotalia guianensis* (1).

Também há registro da presença de quelônios no ambiente, dentre os quais destaca-se a tartaruga-verde (*Chelonya mydas*).

Devido a mobilidade destes grupos, espera-se que os mesmos se afastem da área de dragagem, devendo retornar após a finalização da atividade.





Em relação à avifauna, foram registrados nos levantamentos de campo 66 espécies distribuídas em 34 famílias, sendo que as famílias que mais contribuíram em riqueza de espécies foram: Thraupidae (6), Tyrannidae (5) e Turdidae (4), que são grupos comumente encontrados em diversos ambientes, com grande plasticidade, mas também que incluem espécies um pouco mais exigentes, como frugívoras, que dependem de florestas mais desenvolvidas para se estabelecerem, ou seja, fora do ambiente afetado pelas obras.

Entre as áreas avaliadas, a que apresentou maior riqueza de espécies foi a zona ripária (41), seguida pela área florestal (23), zona praial (8), e mar aberto (4). Desta forma, denota-se que os ambientes com maior diversidade não sofrerão interferência pelas obras. Ademais, cabe ressaltar que os locais do entorno do empreendimento já contam com uma intensa urbanização, com trânsito de veículos e pessoas de forma constante.

Considerando o cronograma de obras, e em função das dimensões e concentração da pluma de dispersão de sedimentos, espera-se que estes organismos voltem a frequentar a área quando findadas as atividades de dragagem na área, causando impacto negativo, mas de duração temporária.

A tabela abaixo apresenta a classificação dos atributos ambientais para este impacto ambiental.

ATRIBUTOS	CLASSIFICAÇÃO
Meio impactado	Biótico
Área de influência	AID
Natureza	Negativa
Duração	Temporária

Dentre as medidas mitigadoras, preventivas e programas ambientais, citam-se:

- a) Implementação do Programa de Supervisão ambiental com o Subprograma de Gestão de Resíduos Sólidos e Efluentes;
- b) Implantar o programa de Controle Ambiental da Atividade de Dragagem;
- c) Implantar o programa de Monitoramento da Qualidade de Água e Sedimentos;
- d) Implantar o programa de Monitoramento da Fauna Aquática.

12.1.6 PERDA DE HABITAT AQUÁTICO POR SOTERRAMENTO





Em geral, os impactos mais significativos à fauna estão diretamente associados à redução ou perda de habitat. No caso da obra de alargamento da Praia de Gravatá está relacionada diretamente à atividade de dragagem na área da jazida de sedimentos e ao espalhamento de material na orla da praia.

O principal grupo afetado será a macrofauna bentônica, que em um primeiro momento será suprimida do ambiente com posterior recolonização. As atividades de dragagem e descarte de material dragado são distintas quanto às formas de impacto na estrutura das comunidades bêmicas e quanto aos períodos necessários à sua recuperação.

De maneira geral, a retirada de sedimentos do fundo provoca uma diminuição no número de espécies e indivíduos, frequentemente envolvendo alterações nos padrões de dominância e distribuição destes organismos (SOARES et al., 1996). No processo de recolonização de um ambiente alterado, as espécies oportunistas são as primeiras a colonizarem o local, ocupando rapidamente as áreas perturbadas (SOARES et al., 1996).

Em uma revisão da literatura clássica, observou-se que as comunidades macrofaunais, tipicamente de habitats estressados, são mais resilientes se comparadas a ambientes mais estáveis. Naqueles, recuperando-se em média após nove meses e, nestes, demorando de um a quatro anos para recobrar as comunidades originais (BOLAM, 2003).

Nesse sentido, os peixes apesar de não sofrerem soterramento devido ao seu comportamento ativo, podem sofrer impactos, principalmente aos peixes demersais que estão ligados ao fundo marinho.

A tabela abaixo apresenta a classificação dos atributos ambientais para este impacto ambiental.

ATRIBUTOS	CLASSIFICAÇÃO
Meio impactado	Biótico
Área de influência	ADA
Natureza	Negativa
Duração	Temporária
Probabilidade	Alta
Importância	Média

Dentre as medidas mitigadoras, preventivas e programas ambientais, citam-se:

- Implementação do Programa de Supervisão ambiental com o Subprograma de Gestão de Resíduos Sólidos e Efluentes;
- Implantar o programa de Controle Ambiental da Atividade de Dragagem;





- c) Implantar o programa de Monitoramento da Qualidade de Água e Sedimentos;
- d) Implantar o programa de Monitoramento da Fauna Aquática.

12.1.7 REDUÇÃO DOS DESCRITORES ECOLÓGICOS (RIQUEZA, ABUNDÂNCIA E DIVERSIDADE) E ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA BIOTA AQUÁTICA

A biota aquática em um ambiente sem influência antrópica apresenta equilíbrio dinâmico, onde as modificações nos descritores ecológicos e composição de espécies ocorrem de forma geralmente gradual e são causadas principalmente pelas variações ambientais naturais, como a sazonalidade.

No entanto, a Praia de Gravatá já se constitui em um ambiente que está sujeito constantemente às influências antrópicas, visto que está inserida em uma área fortemente urbanizada e que recebe as contribuições dos usos do solo praticados nas suas sub bacias contribuintes e que alcançam a praia através do deságue dos sistemas de drenagem das águas pluviais e através da foz do Rio Gravatá e do Ribeirão das Pedras. Também há de se considerar o uso recreativo da praia por milhares de usuários durante a temporada de verão, quando a população flutuante aumenta consideravelmente.

Desta forma, caracteriza-se por ser um ambiente sujeito às constantes modificações, tanto naturais, já que o ambiente costeiro é altamente dinâmico, quanto às impostas pelos usos praticados pela população, especialmente no verão.

Em função das obras para a alimentação artificial da praia, estima-se que poderão ocorrer alterações nos descritores ecológicos e composição de espécies de forma brusca e em um curto período de tempo. A dragagem da área da jazida poderá provocar principalmente a redução destes descritores sobre a macrofauna bentônica, causada pela sucção do sedimento e retirada do habitat. Na praia a redução dos descritores sobre a macrofauna e meiofauna bentônica praias será ocasionada pelo soterramento proporcionado pela alimentação artificial. O plâncton também passará por reduções nos descritores, principalmente pela turbidez ocasionada pela dragagem na jazida e pela deposição do sedimento na praia e nas áreas próximas (ADA e AID), sendo os impactos negativos e temporários.

O monitoramento ambiental da atividade de dragagem no Porto de Paranaguá (Acquaplan, 2011) verificou que ocorreu um nítido crescimento da densidade dos organismos fitoplanctônicos entre as fases prévia e durante a dragagem, tanto na região da dragagem quanto na área de despejo. Este comportamento sofreu uma inversão após o encerramento das obras, provavelmente pela queda dos nutrientes que eram supridos pela dragagem. Em relação ao zooplâncton, foi





verificado um ápice da população estimulada pelo ganho da biomassa do fitoplâncton.

Os resultados demonstram ainda que o equilíbrio foi rapidamente alcançado após o final das obras, com resultados de monitoramento que superaram as densidades do período pré-dragagem.

A tabela abaixo apresenta a classificação dos atributos ambientais para este impacto ambiental.

ATRIBUTOS	CLASSIFICAÇÃO
Meio impactado	Biótico
Área de influência	AID
Natureza	Negativa
Duração	Temporária

Dentre as medidas mitigadoras, preventivas e programas ambientais, citam-se:

- Implementação do Programa de Supervisão ambiental com o Subprograma de Gestão de Resíduos Sólidos e Efluentes;
- Implantar o programa de Controle Ambiental da Atividade de Dragagem;
- Implantar o programa de Monitoramento da Qualidade de Água e Sedimentos;
- Implantar o programa de monitoramento da Fauna Aquática.

12.1.8 ALTERAÇÃO NO COTIDIANO

Durante a fase de implantação do empreendimento, estima-se a adoção de algumas medidas restritivas, principalmente no que diz respeito ao acesso de pessoas no local, de modo que as atividades de execução de obra sejam fundamentalmente desenvolvidas com devida segurança à comunidade.

Considera-se, num primeiro momento, que as ações de instalação/mobilização de canteiro de obra, exploração da jazida, recalque/bombeamento dos sedimentos entre a draga e a praia, transporte entre jazida e praia, topografia/estaqueamento e lançamento/espalhamento (terraplanagem) dos sedimentos dragados na faixa de areia.

Ademais, presume-se que usos costumeiramente desempenhados na praia - como a prática de esportes náuticos, pesca amadora, banhos de mar e demais atividades de lazer e recreação - sejam prejudicados, pois as ações de obras podem gerar a alteração dos níveis de turbidez da água, restrições à navegação da área de trabalho da draga e interdição do uso de areia para práticas desportivas, passeios, caminhadas, etc.





Adicionalmente, algumas ocupações ligadas ao ofício comercial, como aquelas desempenhadas na faixa de areia e/ou em suas proximidades, devem ser impactadas por adversidades e restrições. Todavia, é imprescindível considerar que as interferências supracitadas devem ocorrer apenas no período de obras, sendo, portanto, temporárias.

Dessa forma, classifica-se o impacto da alteração no cotidiano como sendo de natureza negativa, devido às adversidades intrínsecas, de duração temporária, pois seus efeitos serão experimentados apenas na fase de implantação do empreendimento, e de importância baixa, pois as interferências das ações da obra restringem-se, basicamente, ao espaço que compreende a faixa de areia a ser regenerada, além disso, as medidas restritivas visam, sobretudo, a segurança dos usuários.

A tabela abaixo apresenta a classificação dos atributos ambientais para este impacto ambiental.

ATRIBUTOS	CLASSIFICAÇÃO
Meio impactado	Socioeconômico
Área de influência	AID
Natureza	Negativa
Duração	Temporária
Probabilidade	Alta
Importância	Baixa

Dentre as medidas mitigadoras, preventivas e programas ambientais, citam-se:

- Implementar o Programa de Supervisão ambiental com o Subprograma Sinalização de obras;
- Implementar o programa de Controle Ambiental da Atividade de Dragagem;
- Implementar o Programa de Comunicação Social.

12.1.9 GERAÇÃO DE EMPREGOS E OPORTUNIDADES

A implantação do empreendimento demanda o envolvimento de profissionais de diferentes áreas, de trabalhadores especializados a trabalhadores sem qualificação formal. Especialmente para os postos que necessitam de mão de obra não qualificada, será priorizada a contratação de colaboradores que moram na AID do empreendimento.

O impacto dessa ação é de extrema relevância para o desenvolvimento socioeconômico da área de influência, visto que proporcionará a geração de renda para a população local. Além disso, a capacitação da mão de obra terá reflexo na formação dos trabalhadores, possibilitando que estes sejam





recolocados no mercado de trabalho após a conclusão das obras do empreendimento.

Cabe ressaltar, no entanto, que devido à natureza especializada das atividades envolvidas com essa tipologia de empreendimento, existe a priorização de trabalhadores especializados. Localmente busca-se, principalmente, trabalhadores com prática em operação de maquinário pesado.

A tabela abaixo apresenta a classificação dos atributos ambientais para este impacto ambiental.

ATRIBUTOS	CLASSIFICAÇÃO
Meio impactado	Socioeconômico
Área de influência	AID
Natureza	Positiva
Duração	Temporária
Probabilidade	Alta
Importância	Baixa

Dentre as medidas mitigadoras, preventivas e programas ambientais, citam-se:

- Priorizar, quando possível, a contratação de mão de obra local;
- Priorizar, quando possível, a aquisição de bens e serviços locais;
- Implantar programa de Supervisão ambiental com o Subprograma contratação de mão de obra.

12.1.10 FASE DE OPERAÇÃO, ESTABILIZAÇÃO PRAIAL E REDUÇÃO DE PROCESSOS EROSIVOS

A erosão costeira é o resultado da ação de processos hidrodinâmicos de deposição e retirada de material arenosos da praia, caracterizado por uma situação instável, ou seja, quando há um desequilíbrio negativo da deposição em relação à retirada dos sedimentos.

Este conjunto de processos, é considerado, na zona costeira, como um dos principais problemas mundiais do ponto de vista da preservação do solo. Atualmente a Praia de Gravatá, principalmente no setor norte, entre a pedra da Miraguaia e o molhe do Rio Gravatá, encontra-se erodida, e nos eventos de maré alta, alguns trechos ficam completamente submersos, inviabilizando o uso da faixa de areia para o lazer e a recreação.

Segundo Browder & Dean (2000), o engordamento de praia é atualmente a alternativa preferida para a estabilização da linha de costa em áreas que sofrem um déficit de areia devido tanto a causas naturais quanto a causas antrópicas. No entanto, de acordo com Martins e Veloso-Gomes (2011), a introdução de





sedimentos no sistema praial reduz significativamente o declive do perfil transversal e, conseqüentemente, a energia que incide diretamente sobre a zona emersa podendo ter um efeito positivo na taxa de recuo.

Em casos onde há implantação de berma e dunas, favorece ainda a condição de “última linha de defesa” que acaba por inserir sedimentos no sistema em casos pontuais de tempestades severas, aumentando a resiliência de curto prazo. A alimentação artificial de praia é a intervenção estrutural reconhecida mundialmente como a melhor defesa contra a erosão costeira, pois não necessita de obras fixas, estranhas ao ambiente natural, que são de eficiência difícil de prever e em geral causam efeitos colaterais nas áreas adjacentes (Alfredini, 2009).

A tabela abaixo apresenta a classificação dos atributos ambientais para este impacto ambiental.

ATRIBUTOS	CLASSIFICAÇÃO
Meio Impactado	Físico
Área de influência	ADA
Natureza	Positiva
Duração	Permanente (durante a vida útil do projeto)
Probabilidade	Alta
Importância	Alta

Dentre as medidas mitigadoras, preventivas e programas ambientais, citam-se:

- Implantar o Programa de monitoramento do perfil praial;
- Implantar o Programa de recuperação da restinga praial.

12.1.11 GERAÇÃO DE EXPECTATIVAS QUANDO DO USUFRUTO

Na fase de operação, quando o empreendimento já está disponível para usufruto da população local, turistas e visitantes, o impacto relacionado às expectativas pode se revelar de maneira positiva ou negativa. Uma expectativa de natureza positiva pode se expressar, fundamentalmente, no momento anterior à visita do usuário à praia, motivada pelo provável compartilhamento de informações a respeito das novas condições e estrutura praial.

Essa circunstância é extremamente favorável para a atração de novos frequentadores e turistas, em contrapartida, uma expectativa de natureza negativa, pode se expressar quando a população não possui conhecimento das especificidades do empreendimento, principalmente no que se refere a sua vida útil, e, dessa forma, exerce interpretações e percepções imprecisas.

No entanto, em função das observações empíricas que dizem respeito às modificações naturais exercidas pelas marés no carregamento de sedimentos,





há possibilidade de que, em determinado espaço de tempo, a faixa de areia sobreposta recue e perca espaço novamente para o mar. Ou seja, apesar da continuidade de processos naturais de entrada e saída de sedimentos pela ação marinha, a faixa de areia que foi engordada pode sofrer gradativa “perda localizada” dos sedimentos para as praias de jusante.

Sendo assim, o empreendimento torna-se sujeito a mudanças de percepção, por parte da população, que, por falta de conhecimento, pode passar a enxergar essa diminuição de faixa de areia como possível deformidade ou ineficácia do empreendimento. Ademais, acompanhada a essas ações, é de importância primordial o planejamento e execução de abrangente programa de comunicação social para o esclarecimento dessas questões, com finalidade de elucidar, comunicar e explicitar as especificidades do empreendimento para sanar possíveis interpretações e percepções imprecisas.

Diante disso, classifica-se o impacto geração de expectativas, na fase de operação, como sendo de natureza positiva ou negativa – pela possibilidade de mudança de percepção da população ao longo do tempo e da intervenção natural a que está sujeita esse tipo de empreendimento –, de duração permanente – pois seus efeitos serão experimentados ao longo da vida útil do empreendimento –, e de importância alta – devido ao alcance dos efeitos em toda região de Gravatá.

A tabela abaixo apresenta a classificação dos atributos ambientais para este impacto ambiental.

ATRIBUTOS	CLASSIFICAÇÃO
Meio impactado	Socioeconômico
Área de influência	AID
Natureza	Indeterminada
Duração	Temporária
Probabilidade	Média
Importância	Alta

Dentre as medidas mitigadoras, preventivas e programas ambientais, citam-se:

- Manutenção da ouvidoria pública para reclamações e sugestões;
- Realizar o monitoramento, manutenção e reposição dos sedimentos em periodicidade adequada;
- Desenvolver ações voltadas à população, que visem elucidar, comunicar e explicitar as especificidades do empreendimento;

12.1.12 VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA E ATRATIVIDADE PARA NOVOS EMPREENDIMENTOS





A geração de expectativas que acompanha as fases do empreendimento provoca efeitos sobre a conformação socioeconômica local. Com efeito, uma das principais consequências do melhoramento estrutural da Praia de Gravatá é a maior procura de turistas e visitantes que demandam usufruir do local. Na medida que informações sobre as novas condições do local são disseminadas entre as pessoas, a percepção que a população possui em relação a praia torna-se gradualmente positiva.

Nesse contexto, a especulação que incide sobre a maior demanda pela praia tenderá a desencadear um processo de valorização de imóveis disponíveis e um cenário de atratividade para novos empreendimentos de lazer e suporte ao turismo. Assim, haverá um incentivo aos estabelecimentos comerciais e de serviços, gerando mais empregos e renda e movimentando significativamente a economia local.

Portanto, classifica-se o referido impacto como sendo de natureza positiva – pelo fortalecimento turístico, de duração permanente – pois seus efeitos serão experimentados ao longo da vida útil do empreendimento -, e de importância alta – pois é parte integrante das expectativas da população e, ainda, incide diretamente sobre ganhos econômicos.

A tabela abaixo apresenta a classificação dos atributos ambientais para este impacto ambiental.

ATRIBUTOS	CLASSIFICAÇÃO
Meio impactado	Socioeconômico
Área de influência	AID
Natureza	Positiva
Duração	Permanente
Probabilidade	Alta
Importância	Alta

Dentre as medidas mitigadoras, preventivas e programas ambientais, citam-se:

a) Manutenção da ouvidoria pública para reclamações e sugestões.

12.1.13 ALTERAÇÃO NA PAISAGEM

Este impacto refere-se à modificação da percepção visual relacionada com as alterações na paisagem provocadas pela operação do empreendimento, experimentada por receptores localizados no entorno da área afetada. Sua intensidade depende da fisionomia da paisagem antes das alterações, bem como da presença de potenciais receptores próximos.

A partir da disponibilização da nova estrutura praiial, a ordenação paisagística da orla será compreendida como mais espaçosa, aprazível, confortável e airosa,





promovendo uma sensação de bem-estar aos seus usuários. Diante disso, presume-se que sejam observados efeitos na mudança da percepção social da Praia de Gravatá, de modo que os usuários passem a valorizar as condições da estrutura praias.

Essa mudança de percepção é um fator primordial para a estimulação e valorização imobiliária, turística, comercial e de qualidade de vida local. Pelo exposto, classifica-se o referido impacto, na fase de operação, como sendo de natureza positiva – pela valorização sensorial paisagística, proveniente das novas condições da estrutura praias –, de duração permanente – pois seus efeitos serão experimentados ao longo da vida útil do empreendimento, e de importância alta – pois incide na valorização imobiliária, comercial, turística e de qualidade de vida local.

A tabela abaixo apresenta a classificação dos atributos ambientais para este impacto ambiental.

ATRIBUTOS	CLASSIFICAÇÃO
Meio impactado	Socioeconômico
Área de influência	AID
Natureza	Positiva
Duração	Permanente
Probabilidade	Alta
Importância	Alta

Dentre as medidas mitigadoras, preventivas e programas ambientais, citam-se:

- Manutenção da ouvidoria pública para reclamações e sugestões;
- Realizar o monitoramento, manutenção e reposição dos sedimentos em periodicidade adequada.

12.1.14 PROTEÇÃO DOS BENS PÚBLICOS E PRIVADOS

A alimentação artificial consiste em uma ferramenta de proteção costeira utilizada em muitos países e atualmente já temos exemplos de alargamentos de praia bem-sucedidos em Santa Catarina, tais como na Praia de Canasvieiras, a Praia dos Ingleses e a Praia Central de Balneário Camboriú. A alimentação artificial de praias é uma forma bastante natural de combater a erosão costeira, pois repõe artificialmente um déficit no balanço sedimentar num certo trecho de praia com o volume correspondente, estabilizando ou ampliando praias sujeitas a erosão (Alfredini, 2005).

Contudo, é importante destacar que esta técnica não representa uma solução definitiva por si só, mas, que necessita de monitoramento e de recursos e insumos para a manutenção periódica, pois a praia continuará sob a influência da dinâmica natural dos fenômenos costeiros de entrada (input) e perda (output)





de sedimentos, podendo ocorrer momentos em que este balanço se torne negativo, o que com o tempo, ocasionará a perda da faixa de areia novamente.

O processo de erosão que ocorre no setor norte da Praia de Gravatá, tem sua origem principalmente na ocupação desordenada que ocorreu na orla da praia a partir do estabelecimento de construções fixas, que se transformaram em limites estáticos e também ao déficit de sedimentos provenientes das dunas adjacentes. Sendo assim, ocorre a erosão praial (redução da faixa de areia) e também pode afetar, dentre outros, calçadas, passeios, acessos, decks, áreas de lazer, quedas de muros, pavimentos e decks. Esse fenômeno pode ser facilmente observado se compararmos o perfil praial da praia de Gravatá com sua vizinha, Meia Praia, onde ocorreu a manutenção das dunas e vegetação de restinga.

A partir do incremento artificial de sedimentos que serão depositados no sistema praial, estima-se que ocorrerá um enfraquecimento da atuação destes fenômenos, ocorrendo a dissipação da energia incidente das ondas, o que por fim resultará em estabilização e proteção da orla, acarretando em menores perdas e/ou prejuízos materiais. Martins e Veloso-Gomes (2011) comentam que além dos benefícios técnicos, a alimentação artificial de praias, apresentam benefícios econômicos claros e imediatos aos bens ao longo da linha da costa regenerada, pois ao aumentar a largura emersa do perfil transversal, aumenta também o potencial de ocupação da praia e, conseqüentemente, o seu potencial de exploração turística/rentabilização econômica.

A tabela abaixo apresenta a classificação dos atributos ambientais para este impacto ambiental.

ATRIBUTOS	CLASSIFICAÇÃO
Meio impactado	Socioeconômico
Área de influência	ADA
Natureza	Positiva
Duração	Permanente
Probabilidade	Alta
Importância	Alta

Dentre as medidas mitigadoras, preventivas e programas ambientais, citam-se:

- Implantar o Programa de monitoramento do perfil praial;
- Implantar o programa de recuperação da restinga praial.

12.1.15 AUMENTO DA CAPACIDADE DE CARGA (OCUPAÇÃO) DA FAIXA DE AREIA

Os estudos sobre capacidade de carga, ou capacidade de suporte, tem por finalidade indicar o nível máximo de exploração suportado por certo sistema, sem acarretar danos à qualidade deste ou à sua utilização. Conforme apresentado no





diagnóstico ambiental, em função do aumento da largura da faixa de areia haverá um conseqüente aumento da área disponível para uso, que potencialmente poderá resultar num aumento do número de usuários da faixa de areia e entorno. Se efetivadas as obras de alargamento da faixa de areia da Praia de Gravatá, a capacidade de carga futura resultante será incrementada 2,6 vezes quando comparada à capacidade atual de usuários simultâneos. Considerando uma alta densidade na praia (área individual de 5m²), a praia comportará até 27.760 usuários usufruindo da faixa de areia alargada simultaneamente. Caso consideremos a praia com média densidade de usuários (área individual de 10m²), ela suportará 12.880 usuários concomitantes.

Esse incremento de espaço resulta em oportunidades para o desenvolvimento econômico local, pois atualmente a diminuta faixa de areia não proporciona espaço para práticas de lazer tampouco gera um ambiente propício ao desenvolvimento de negócios a beira mar (ex. bares, restaurantes e comércio local).

A tabela abaixo apresenta a classificação dos atributos ambientais para este impacto ambiental.

ATRIBUTOS	CLASSIFICAÇÃO
Meio impactado	Socioeconômico
Área de influência	ADA
Natureza	Positiva
Duração	Permanente
Probabilidade	Alta
Importância	Alta

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar, elaborado pela Secretaria de Obras, considerando a análise das necessidades elencadas pela área requisitante e os demais aspectos normativos, conclui pela viabilidade da contratação, uma vez considerados os seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade.

Navegantes (SC), 22 de fevereiro de 2024.





ANEXO I-B

JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE ÍNDICES FINANCEIROS

O Município de Navegantes apresenta justificativa para a exigência dos índices financeiros previstos no Edital de Concorrência nº 13/2024, item 13.9.2.

Verifica-se que o Edital da Licitação em pauta atende plenamente a prescrição legal, pois a comprovação da boa situação financeira da empresa está sendo feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no item 13.9.2 do Edital, apresentando a fórmula na qual deverá ser calculado cada um dos índices e o limite aceitável de cada um para fins de julgamento.

O índice de Liquidez Geral indica quanto a empresa possui em disponibilidade, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

O índice de Grau de Endividamento indica o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

O índice de Liquidez Corrente identifica a capacidade de pagamento da empresa a curto prazo, considerando tudo que o que se converterá em dinheiro (a curto prazo), relacionando com tudo o que a empresa já assumiu como dívida (a curto prazo).

Para os três índices exigidos no Edital em referência (LG, GE e LC), o resultado > 1,00 é indispensável à comprovação da boa situação financeira da proponente.

Desse modo, os índices estabelecidos para a Licitação em pauta não ferem o disposto no art. 69, da Lei nº 14.133/2021, bem como foram estabelecidos no seu patamar mínimo aceitável para avaliar a saúde financeira do proponente.





ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

At. – Agente de contratação e equipe de apoio
CONCORRÊNCIA N.º 13/2024.

A empresa _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____ neste ato representada por _____ seu _____, no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, sob as penas da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a se beneficiar das vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º, do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006. Tendo conhecimento dos arts 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação.

DECLARA também que os contratos que este celebrou com a administração pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

Por ser verdade assina a presente;

Navegantes, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome: Carimbo do CNPJ





ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DEMAIS OBRIGAÇÕES

A _____ pessoa _____ jurídica denominada _____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____ (endereço completo da empresa), e por intermédio de seu representante legal, devidamente credenciado:

- a) DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta, nos termos do inciso I do art. 63 da Lei nº 14.133/2021, de que cumpre plenamente aos requisitos exigidos para efeito de habilitação;
- b) DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que quaisquer outras despesas não incluídas na cotação dos preços dos produtos licitados correrão por conta da empresa;
- c) DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que tomou conhecimento e aceita as condições do conteúdo do presente Edital e se submete ao disposto constante na Lei nº 14.133/2021 e Diplomas Complementares;
- d) DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que nos termos do § 6º inciso V do art. 27 da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal do Brasil, não possuir em seu quadro funcional menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho;
- e) DECLARA que não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; e que não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge,





companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

f) DECLARA que por meio de seu representante legal infra-assinado, que se encontra em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a Seguridade Social (FGTS e INSS), bem como atende a todas as demais exigências de habilitação constantes do edital próprio;

g) DECLARA, também, que está obrigada sob as penas da lei, a informar, quando de sua ocorrência, fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação.

h) DECLARA, também, conhecer e cumprir o previsto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e no Decreto nº 8.420/2015, sob pena de responsabilização administrativa e civil pela prática de atos contra esta Administração, incluindo todos os seus profissionais envolvidos na fase de contratação e execução do objeto licitado.

i) DECLARA, também, que cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e noutras normas específicas.

j) DECLARA, também, que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Navegantes, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome: Carimbo do CNPJ





ANEXO IV

MODELO DA DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL TÉCNICO E EQUIPAMENTOS

At. – Agente de contratação e equipe de apoio.

CONCORRÊNCIA N.º 13/2024.

Em atendimento ao **Item 13.12.1** do Edital de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º **13/2024**, declaramos, sob as penas da Lei, que a empresa dispõe ou disporá de pessoal técnico e equipamentos, conforme exigido no presente Edital e também que não haverá qualquer tipo de paralização durante a execução dos serviços pela falta dos mesmos.

Neste sentido, declaramos, ainda, que conhecemos os aspectos que possam influenciar direta ou indiretamente na execução da mesma e de sua complexidade.

Navegantes, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
Nome: Carimbo do CNPJ





ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL A SER REALIZADA A OBRA

At. – Agente de contratação e equipe de apoio.

CONCORRÊNCIA N.º 13/2024.

Em atendimento ao Item 13.12.2 do Edital de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 13/2024, declaramos, sob as penas da Lei, que o (s) Engenheiro (s), _____, CREA nº _____, devidamente credenciado (s) por esta empresa, ATESTA que tem conhecimento do local da execução da obra, tomando conhecimento de todas as informações necessárias à elaboração de nossa proposta de preços, inclusive que qualquer alteração necessária para iniciar a obra que não esteja prevista na planilha orçamentária não gerará em hipótese alguma ônus/despesas ao MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.

Neste sentido, declaramos, ainda, que conhecemos os aspectos que possam influenciar direta ou indiretamente na execução da mesma e de sua complexidade, e que expedir-se-á a ART da totalidade da obra.

Navegantes, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome: Carimbo do CNPJ





ANEXO VI - RETIFICADO

Planilha Orçamentária, cálculo de BDI, Composição de custos unitários e Cronograma físico-financeiro - Documentos disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, arquivo anexo ao Edital.

<https://www.navegantes.sc.gov.br/licitacoes>

ANEXO VI – A

Projeto Básico e/ou Executivo - Documentos disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, arquivo anexo ao Edital.

<https://www.navegantes.sc.gov.br/licitacoes>

ANEXO VI – B

Matriz de Risco - Documentos disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, arquivo anexo ao Edital.

<https://www.navegantes.sc.gov.br/licitacoes>





ANEXO VII

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICO DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES



SOLICITAÇÃO DE CADASTRO AO SISTEMA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS “BNC” E DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)	
Nome:(Razão Social)	
Nome Fantasia:	
CNPJ:	() ME/ EPP
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	Inscrição estadual:
Inscrição Municipal:	
Telefone comercial:	
Representante legal:	E-mail*:
RG:	Emissor:
CPF:	
Celular:	Data de nasc:
Responsável Financeiro:	Telefone:
e-mail financeiro:	
Informações Bancárias:	Banco:
Agência:	C/C:
<u>e-mail () no qual gostaria de receber informativo de editais. Para tanto será necessário efetuar o cadastro, afim de receber os editais</u>	

***o e-mail obrigatoriamente, deverá do representante legal da empresa**

1. Por meio da presente solicitação, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa Nacional de Compras “BNC”, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.
2. São responsabilidades do Licitante:





- i. Tomar conhecimento e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
 - ii. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
 - iii. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa Nacional de Compras “BNC”, dos quais declara ter pleno conhecimento;
 - iv. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, e se responsabilizar por todos os dados do cadastro realizado no sistema; e
- 3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo III do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa Nacional de Compras.**
- 4. O Licitante autoriza a Bolsa Nacional de Compras a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo III do regulamento.**
5. A presente solicitação de adesão é válida conforme escolha do licitante, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data: _____/_____/20____.

Representante Legal:
(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)





ANEXO VIII CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA



FORMA DE PAGAMENTO DA TAXA DE ADESÃO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

- PARA FORNECEDORES:

A BNC – Bolsa Nacional de Compras, para se ressarcir dos custos de utilização de recursos da tecnologia da informação e para o fornecimento do sistema operacional “robusto”, a ferramenta disponibiliza hospedagem de dados e serviços, utilizando-se da mais moderna tecnologia de computação em nuvem, bem como o armazenamento de arquivos e dados. Promovendo atualizações constantes por meio de desenvolvimento de novos recursos. Fornecendo uma ferramenta ágil e completa de pesquisa de editais e dados, suporte web personalizado ao usuário fornecedor, com orientações nas dúvidas sobre o sistema e sobre o edital. Por estes serviços prestados serão cobradas “taxas” a critério e escolha de cada participante. O treinamento da ferramenta poderá ser solicitado previamente com dia e hora marcada. **Pelos produtos e resumo dos serviços relacionados a BNC apresenta os seguintes planos de pagamento:**

Plano de Adesão	A	R\$ 98,10 única participação por edital
Plano de Adesão	B	R\$ 135,00 (mensal)

A BNC poderá alterar ou reajustar os valores sem qualquer aviso prévio. Assim como apresentar uma nova tabela de cobrança.





Plano de Adesão A esse plano é exclusivamente para uma única participação.
Plano de Adesão B, o respectivo contrato é mensal a contar da data da sua contratação.

O não pagamento estará sujeito a multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da Bolsa Nacional de compra e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

A cobrança do plano de adesão, será emitida no momento do cadastro através de “boleto bancário”. A liberação do sistema mediante a transferência bancária, se dará através do envio do comprovante para o e-mail financeiro@bnc.org.br. A liberação irá ocorrer em até 24 horas. Para que a liberação ocorra também será necessário a documentação estar anexada ao sistema, com reconhecimento de firma e procurações (se for o caso). E o envio dos originais no prazo de 10 dias a contar da data da assinatura.

Nenhum documento vencido ou com autenticação com data superior a 6 (seis) meses será aceita.

Representante Legal:
(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)





ANEXO IX

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13/2024

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO PMN – Nº **XXX/2024**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SOB O REGIME DE CONTRATAÇÃO INTEGRADA POR MENOR PREÇO (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA _____ NA FORMA ABAIXO DESCRITA.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza pelo Secretário Municipal de Obras, Sr. Roberto M. Ferreira, nomeado através da Portaria nº 2980/2022 de 08 de novembro de 2022, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, e a empresa _____, com sede na cidade de _____, Estado de _____, na Rua _____, nº _____ - Bairro _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo senhor _____, portador do CPF nº _____, que também subscreve, doravante denominada de **CONTRATADA**, têm entre si justo e contratado o que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 Constitui objeto deste Contrato, **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA VISANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ALIMENTAÇÃO ARTIFICIAL E AMPLIAÇÃO DO MOLHE**





DA PRAIA DO GRAVATÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, conforme Concorrência Eletrônica nº 13/2024 PMN, a que corresponde este pacto, assim especificados:

Lote 01 - ALIMENTAÇÃO ARTIFICIAL DA PRAIA					
Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Preço unit. Máx.	Preço total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO ARTIFICIAL DA PRAIA DO GRAVATÁ E EXECUÇÃO DA AMPLIAÇÃO DO MOLHE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO-DE-OBRA	Serviço	1	R\$ 37.891.114,44 R\$ 30.338.283,27	R\$ 37.891.114,44 R\$ 30.338.283,27

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

1.4 O presente contrato, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o Município de Navegantes a contratar todos os serviços e/ou quantidades acima indicadas, podendo sofrer supressões ou aditivos, solicitados de acordo com as necessidades do Município, conforme consta no edital de Concorrência Eletrônica nº 13/2024 PMN.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 11 (onze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. Caso haja interesse de ambas as partes, o prazo de vigência poderá ser prorrogado por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS E PRAZO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)





3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. A obra, objeto deste instrumento, deverá ser concluída no prazo de 08 (oito) meses a contar da data da Ordem de Serviço, conforme cronograma físico-financeiro.

3.3. As execuções deverão ocorrer conforme cronograma estabelecido no projeto de engenharia e conforme normas técnicas vigentes para esse tipo de obra, incluindo também a utilização de EPI's e EPC's, quando necessários.

3.4. O início da execução deverá ocorrer a partir da emissão da Ordem de Serviço.

3.5. Ao final da execução e estando a obra aprovada pela fiscalização, será emitido o respectivo Termo de Recebimento da Obra.

3.6 MATRIZ DE RISCO

3.6.1 - Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados no Anexo VI -B – Matriz de Riscos deste Contrato, a CONTRATADA deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar a Secretaria de Obras sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
- e) Outras informações relevantes.

3.6.2 Após a notificação, a Secretaria de Obras decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais a CONTRATADA. Em sua decisão a





Secretaria de Obras poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

3.6.2.1 A concessão de qualquer isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula contratual respectiva.

3.6.2.2 O reconhecimento pela Secretaria de Obras dos eventos descritos no **Anexo VI - B** deste Contrato que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a CONTRATADA, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.

3.6.3 As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em até 01 (um) dia útil, contados da data da ocorrência do evento.

3.6.3.1 As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

3.6.3.2 As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

3.6.4 Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro, se houver.

3.6.4.1 O Contrato poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do contrato se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.

3.6.5 As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

3.6.6 Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, não previstos no Anexo VI – B Matriz de Riscos, serão decididos mediante acordo





entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.2.1 É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.2.1.1 Em caso de necessidade de mais equipes, desde que caracterizada a urgência e emergência, e observadas todas as exigências previstas abaixo, sem prejuízo das responsabilidades legais e contratuais da CONTRATADA, a quem caberá transmitir à subcontratada todos os elementos necessários à perfeita execução dos serviços nos termos contratuais, bem como fiscalizar a sua execução.

4.2.1.2 É permitida a subcontratação de equipamentos e maquinários por ventura necessários para a adequada execução dos serviços, neste caso o equipamento ou maquinário deverá ser de titularidade da subcontratada.

4.2.1.3 A autorização de qualquer subcontratação estará condicionada ao exame e à aprovação expressa pela CONTRATANTE, em relação à documentação exigida no item 4.2.1.11.

4.2.1.4 Caso seja autorizada a subcontratação, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, antes do início das atividades da subcontratada, o contrato firmado entre as partes e a documentação referente às condições de habilitação da subcontratada, as quais estão previstas no item 4.2.1.11.

4.2.1.5 Qualquer atraso ocorrido em relação aos serviços, decorrente da apresentação fora do prazo ou de forma incorreta que acarretem prejuízos ao prazo de conclusão dos serviços, será de responsabilidade da CONTRATADA, sob pena de ser aplicável a penalidade cabível, nos termos do contrato.

4.2.1.6 Durante o período de subcontratação, a subcontratada deverá manter vigente as condições iniciais de regularidade fiscal, previdenciária e técnica.

4.2.1.7 A substituição pela subcontratada, já anteriormente aprovada e autorizada, dependerá de prévia anuência escrita da CONTRATANTE, devendo





a empresa substituta apresentar a mesma condição técnica e legal estabelecida anteriormente.

4.2.1.8 A CONTRATADA deverá incluir no contrato que vier a celebrar para eventual subcontratação, dispositivo que permita à Administração exercer amplo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratual, bem como cláusula que vede à subcontratada repassar o objeto subcontratado a outra empresa.

4.2.1.9 Caso os serviços subcontratados não satisfaçam e atendam as especificações estipuladas, serão impugnados pela CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA e à empresa subcontratada todo o ônus decorrente de sua reexecução.

4.2.1.10 Os serviços a cargo de diferentes empresas subcontratadas serão coordenados pela CONTRATADA, de modo a proporcionar o andamento harmonioso do objeto do contrato, permanecendo sob sua inteira responsabilidade o cumprimento das obrigações contratuais.

4.2.1.11 Cabe a CONTRATADA apresentar os seguintes documentos pertencentes à subcontratada:

- a) Contrato firmado entre a empresa contratada e subcontratada;
- b) Cópia do contrato social da empresa subcontratada;
- c) Comprovação de que os funcionários da subcontratada integram o quadro de funcionários, que deverá ser feito mediante a apresentação da Carteira de Trabalho, Contrato de Prestação de Serviços ou Contrato Social;
- d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou da cédula de identidade, quando pessoa física;
- e) Certidão negativa de débitos federais
- f) Certidão negativa de débitos estaduais da sede da empresa;
- g) Certidão negativa de débitos municipais da sede da empresa;
- h) Certidão negativa de débitos trabalhistas, conforme Lei 12.440/2011;
- i) Certificado de Regularidade do FGTS;





CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de ~~R\$ 37.891.114,44~~ R\$ 30.338.283,27

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento será efetuado da seguinte forma: em 30 (TRINTA) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, atestada por servidor ou comissão designado para o acompanhamento e fiscalização do Contrato, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da CONTRATADA;

6.2 Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal os seguintes documentos:

- a) apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, FGTS – CRF e CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);
- b) apresentar relatório das etapas executadas (cumpridas) de acordo com o cronograma físico financeiro ao Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Navegantes/SC.;
- c) apresentar planilha com as etapas cumpridas, tendo por base o cronograma físico financeiro apresentado pela proponente, nos termos do Edital e do contrato que será acompanhado de conteúdo explicativo, que possibilite o nível de informação suficiente, garantindo o fácil entendimento dos serviços executados para aferição fiscal. Caso seja solicitado algum esclarecimento, mas não atendido na forma devida e em tempo hábil, prevalecerá à medição da Fiscalização;





6.3 Nos laudos de execução dos serviços serão pagos apenas as etapas cumpridas, mês a mês, de acordo com o Cronograma Físico Financeiro apresentado pela proponente;

6.4 A planilha com os quantitativos com as etapas cumpridas para a aferição da Fiscalização deverá ser apresentada no prazo máximo de 02 (dois) dias anteriores à medição, considerando como marco temporal a data da expedição do memorando de início;

6.5 Os Pagamentos poderão ser sustados nos seguintes casos:

6.5.1 Paralisação dos serviços por parte da CONTRATADA, até seu reinício;

6.5.2 Execução defeituosa dos serviços, até que sejam refeitos ou reparados;

6.5.3 Existência de qualquer débito com o Município de Navegantes/SC, até que seja quitado. O Município de Navegantes/SC poderá a seu critério optar por descontar tal débito de eventuais créditos da CONTRATADA, pagando-lhe o saldo restante;

6.6 A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela CONTRATADA de acordo com os seguintes procedimentos:

6.6.1 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico Financeiro, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada;

6.6.1.1 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico Financeiro, estiverem executados em sua totalidade;

6.6.1.2 Se a CONTRATADA vier a adiantar a execução dos serviços, em relação à previsão original constante no Cronograma Físico Financeiro, poderá apresentar a medição prévia correspondente, ficando a cargo de a CONTRATANTE aprovar a quitação antecipada do valor respectivo;

6.6.1.3 Juntamente com a primeira medição dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto a Previdência Social;





6.6.1.4 CONTRATADA também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso;

6.6.1.5 A CONTRATANTE terá o **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela CONTRATADA, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados, inclusive quanto à obrigação de utilização de produtos e subprodutos florestais de comprovada procedência legal;

6.6.1.5.1 No caso de etapas não concluídas, serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo a CONTRATADA regularizar o cronograma na etapa subsequente;

6.6.1.5.2 A medição será realizada em conjunto com a empresa vencedora da licitação referente ao apontamento e medição realizados pela supervisão técnica e ambiental, com os devidos equipamentos necessários.

6.6.1.5.3 A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados;

6.6.2 Após a aprovação, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada;

6.7 O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor ou comissão competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA;

6.8 NÃO HAVERÁ, SOB HIPÓTESE ALGUMA, PAGAMENTO ANTECIPADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis, no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, salvo para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, de acordo com o artigo 133 da Lei 14.133/2021, exceto o inciso III.





7.2 Após o interregno de um ano, e havendo pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 O reajuste não será concedido se o prazo de 1 (um) ano decorrer em razão do atraso na realização do serviço por culpa do Contratado.

7.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.5 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.6 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.7 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.9 O reajuste será realizado por apostilamento, salvo se coincidir com a prorrogação contratual, de forma que poderá ser realizado no mesmo termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;





8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.5. Notificar o Contratado sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.10. Cientificar a Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11.1. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.





8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

8.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

8.17. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.19. Fiscalizar as medições mensais com registros das quantidades efetivamente recebidas e o valor financeiro correspondente, conforme padrões estabelecidos em Instruções de Serviços praticados pelo DNIT (SICRO), SIE ou até mesmo SINAP; ou de acordo com a planilha orçamentária.

8.20. As medições a que se refere no item anterior, as quantidades levantadas serão apuradas através de serviços de topografia, batimetria e de laboratórios e lançando conforme as unidades estabelecidas nas planilhas de orçamentos (metros, metro quadrado, metro cúbico, tonelada e unidade).





CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos,

assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;





9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta,

colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos

documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.





9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;

9.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.22. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

9.23. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

9.24. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

9.25. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no





prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

9.26. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.27. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.28. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.29. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.30. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

9.31. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.32. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.33. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.





9.34. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.35. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

9.36 A CONTRATADA providenciará livro para Diário da Obra com páginas tipograficamente numeradas, no qual se fará a anotação de todos os fatos que ocorrem na obra. Nele serão feitos apontamentos diários onde constarão, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Número de operários em atividade;
- b) Etapa do serviço em andamento;
- c) Informações quanto ao tempo de execução das obras a partir do início dos serviços;
- d) Condições meteorológicas no dia;
- e) Assuntos de interesse geral da obra;
- f) Comunicações e ordens da fiscalização;
- g) Anexo com o relatório de fotos.

9.37 O diário deverá ser rubricado diariamente pela fiscalização e pelo representante legal da CONTRATADA, e será utilizado como referência para sanar dúvidas que porventura venham a surgir quanto ao desempenho dos serviços.

9.38 A CONTRATADA poderá utilizar modelo de Diário de Obra fornecido pela Prefeitura Municipal de Navegantes.

9.39 A obra deverá ser devidamente sinalizada com placas de advertência, cones de sinalização e cavaletes, de forma a evitar acidentes no decorrer de sua





execução. Toda sinalização será de inteira responsabilidade da CONTRATADA independente de indicação expressa na planilha orçamentária.

9.40 O início das operações fica submetidas a emissão da Licença Ambiental de Instalação (LAI).

9.41. Cumprir com todas as demais obrigações contidas no termo de referência e estudo técnico preliminar.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS GARANTIAS (art. 92)

11.1. A presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

11.2. Na garantia contratual será exigido correspondente a **10% (dez por cento) do valor do contrato**, conforme previsão no art. 96, § 1º da Lei Nº. 14.133/2021 e especificações no Termo de Referência.

11.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor mencionado no item 1.1 do Termo de Referência, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

11.4. Em se tratando de Fiança Bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia, pelo fiador, dos benefícios previstos nos artigos. 827 e 839 do Novo Código Civil.





11.5. Quando se tratar de Caução em dinheiro, o valor deverá ser recolhido e depositado em conta específica aberta em nome da Prefeitura Municipal de Navegantes, informada no edital.

11.6. Haverá garantia quinquenal desta obra de engenharia, pois se trata de construção considerável (Lei Federal nº 10.406/2002, artigo 618).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;





iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

iv) **Multa:**

(1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

a. O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento

eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados:





- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.





12.11. Será aplicada a Lei Municipal nº 3.532/2021, que dispõe sobre o Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, pela prática de atos contra a Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado

termo aditivo para alteração subjetiva.





13.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na dotação abaixo discriminada:

Órgão/Unidade	02/016
Dotação	138
Fonte de recurso	5083
Projeto Atividade	1009
Elemento de despesa	4490.5199

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis, Decreto Municipal nº 361/2023 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e até o limite de 50%





(cinquenta por cento) de acréscimo quando se tratar de reforma de edifício ou de equipamento. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Navegantes/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.

E por estarem às partes, **MUNICÍPIO** e **CONTRATADA**, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Navegantes/SC _____ de _____ 2024.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA
Prefeito Municipal de Navegantes

ROBERTO M. FERREIRA
Secretário Municipal de Obras





CONTRATADO:
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ: XX.XXX.XXX/XXXX-XX
Neste ato representado por
Nome: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF: XXX.XXX.XXX-XX

